

PCdoB convoca Congresso e debate novo rumo para o país



Manifestação contra Fernando Henrique no Rio prepara marcha para Brasília

Marcha em Brasília contra o apagão e a corrupção

No próximo dia 27, caravanas de trabalhadores oriundas de todos os cantos do país irão tomar conta de Brasília em mais um ato de repúdio ao governo FHC e sua política neoliberal. A Marcha é uma manifestação contra a crise de energia – provocada, única e exclusivamente pela irresponsabilidade do governo de Fernando Henrique – e o programa de privatizações do governo federal, que apesar das fortes evidências de fracasso insiste em transferir para a iniciativa privada serviços estratégicos para o desenvolvimento e soberania do país. A corrupção é também combatida pelos manifestantes.

A Marcha está sendo organizada pelos partidos de oposição ao governo FHC, centrais sindi-



Manifestante protesta contra o apagão, no Rio

cais filiadas à CUT, UNE, UBES, dentre outras entidades comprometidas com um Brasil

verdadeiramente independente e com melhor qualidade de vida para seu povo.

UNE quer oposição unida contra FHC e universidade de qualidade

A União Nacional dos Estudantes (UNE) realizou o maior congresso de sua história, em Goiânia, com a presença de mais de 9 mil participantes. Reafirmou o combate incansável ao neoliberalismo e às propostas e objetivos do governo FHC.

Felipe Maia, 23 anos, estudante de Economia na PUC de

São Paulo, foi eleito presidente. Em entrevista à *Classe Operária* ele afirma: “A grande tarefa do momento é ampliar a mobilização contra o governo de Fernando Henrique Cardoso e garantir que nossa entidade jogue papel de destaque na elaboração do programa e das propostas da oposição contra a orientação neoliberal. Vamos in-

crementar os preparativos da Marcha a Brasília contra o Apagão e a Corrupção, que acontecerá no próximo dia 27. Vamos mobilizar os estudantes de todo o Brasil para que essa marcha seja o maior evento de protesto do povo brasileiro que FHC já viu”.

RENATO RABELO*

A 13ª reunião do Comitê Central, dias 9 e 10 de junho, convocou o 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Os congressos comunistas são momentos altos da discussão política, ideológica e da organização do Partido. Este 10º Congresso vai ser realizado num momento muito difícil para o nosso país e o nosso povo. O Brasil está mergulhado numa série de problemas – como a crise energética, que atinge diretamente a população e complica ainda mais a situação econômica. O país passa por uma crise política. O governo de Fernando Henrique Cardoso praticamente chegou ao fim, não tendo mais nada a apresentar, e a população já não tem mais confiança nos governantes. Há uma descrença, um descrédito com esse governo.

O povo indaga que caminho seguir, o que fazer. Aí entra o papel importante do nosso Partido, da esquerda, da oposição, na apresentação de um novo projeto, uma alternativa viável que garanta condições de vida dignas num país soberano e democrático. O PCdoB discute, neste Congresso, qual o caminho a seguir, qual o novo rumo a ser apresentado. Essa discussão fundamental envolve toda a militância do Partido, todos os filiados.

Cada membro do Partido vai dar a sua opinião. A democracia interna do Partido é de baixo para cima. Começa nas reuniões das organizações de base, que realizam assembleias onde todos os militantes contribuem para o aprimoramento das decisões e do funcionamento partidário. Essas assembleias debaterão as teses apresentadas pelo Comitê Central para o Congresso. Em seguida ocorrerão conferências em cada município, que levarão em conta os pronunciamentos das bases e manifestarão também suas opiniões. Na sequência ocorrerão con-



ferências estaduais, coroando os debates em cada unidade da Federação. As observações, sugestões e deliberações servirão para o Comitê Central aprimorar e desenvolver as teses. Elas serão, portanto, mais uma vez discutidas pela direção nacional do Partido, que então encaminhará à plenária final do Congresso, em dezembro, no Rio de Janeiro, as propostas de resolução. As conferências e o Congresso ainda farão a avaliação dos trabalhos dos atuais organismos dirigentes e elegerão as direções partidárias. Esse é o processo de discussão, debate e de exercício da democracia em nosso Partido. Por isso consideramos o Congresso como o momento alto da reflexão e da elaboração partidária.

O nosso 10º Congresso está chamado a dar a contribuição dos comunistas para uma saída política ao nosso país, no campo da oposição. Vamos levar a nossa opinião à sociedade e aos outros partidos para que, juntos, possamos construir uma alternativa que substitua o projeto neoliberal imposto pelas classes dominantes. Uma alternativa que tenha como centro de suas atividades e de seu interesse o povo brasileiro.

*vice-presidente do PCdoB



PCdoB

Mens@gens

Jeová B: Os trabalhadores vão ser prejudicados e eles não responsáveis pela crise energética, mas sim a política neoliberal e entreguista de FHC e seu bando de ladrões.

Jair S: Gostaria de receber mais informações sobre as resoluções do último Congresso do PCB e a determinação de se unificar com o PCdoB. Parabéns: nossa página está mais bonita e atualizada.

Bruno S: A luta contra o neoliberalismo deve se desenvolver de maneira transparente e orientadora, para que possa ocorrer um enriquecimento em massa de nosso grupo de militantes.

Mayra P: Eu acredito na divulgação através de passeatas para que o povo possa ver quer o PCdoB está ligado nos acontecimentos do país. O momento que estamos enfrentando em virtude do apagão é propício para nossa manifestação em massa pelas ruas.

Marcio S: A página é de excelente qualidade. Sugiro a criação de um banco de imagens com símbolos, sigla, logomarca, emblema, fotos etc do Partido para que possam copiá-los.

Daniela S: Eu estou precisando saber quais são as atitudes tomadas por vocês com relação ao desemprego, previdência social e privatização.

Luiz S: O Partido é sólido por que nós existimos para fazê-lo crescer a cada dia e fazer realizar nossos sonhos, porque sabemos que o sistema capitalista não tem perspectiva para o futuro do país.

Daniel G: Tenho 16 anos. Procuo ler publicações, manifestos e ideologias sobre o comunismo, e socialismo, e encontrei no Partido uma possibilidade muito grande de aprimorar meus conhecimentos na área.

Ana P: Estou pesquisando para um trabalho e gostaria muito de saber qual é a posição do Partido em assuntos relacionados com a internacionalização da Amazônia.

Leandro A: Gostaria de saber a opinião do Partido sobre a possibilidade ou não de um comunista ser também cristão.

Jaime S: Careço de embasamento teórico, por isso peço o auxílio de vocês, no sentido de indicarem bibliografias, que possam me ajudar nessa caminhada da descoberta do socialismo.

Maurília G: A informação que preciso a princípio é um resumo do histórico do jornal do Partido.

Julianne C: Gostaria de saber o que devo fazer para ter acesso a publicações antigas dos jornais e/ou revistas do Partido, do ano de 1976.

Eunice R: Preciso fazer um trabalho para a faculdade. O tema é "Como é visto o comunismo no Brasil e quais são os partidos".

Augusto G: Venho reclamando há 3 anos da qualidade do ensino da instituição que não respeita seus alunos. Apesar da

mensalidade, que sou para pagar (passando fome em alguns meses), a qualidade do ensino é baixa e insignificante – uma verdadeira fábrica de diplomas.

Susana P: Estou fazendo um trabalho sobre comunismo e, junto com a minha equipe, gostaria de cantar o hino comunista. Estou enviando este e-mail para tentar conseguir esta preciosidade.

Fabiana: Tenho muitas dúvidas em relação ao desenvolvimento histórico, soluções socialistas para a resolução dos problemas sociais, econômicos, políticos do Brasil. Gostaria de saber mais sobre as contribuições socialistas no Brasil e no mundo. Parabéns pela página na Internet, camaradas.

Thiago S: Sou estudante de ciências sociais e recebo frequentemente notícias da **Classe Operária**. Gostaria de saber onde acho esta publicação. Parabéns pelo bom trabalho.

Valter: Preciso apresentar um trabalho de pesquisa e análise sobre o movimento operário a partir da Revolução Industrial, desde o europeu no século XIX até o brasileiro no século XX (sobre tudo antes e durante o Golpe Militar de 1964). Para isso, peço encarecidamente a ajuda de vocês, já que são um dos partidos que estão mais próximos do operariado, dos sindicatos e das camadas mais pobres da sociedade, enviando-me sugestão de livros para pesquisa bem como fontes extras para enriquecer tal trabalho como: crônicas, quadros, gravuras, fotografias, músicas, poemas e outros.

Jorge L: Quero parabenizar todos os companheiros do PCdoB pela sua atuação séria e firme na defesa do socialismo e dizer que tenho o Partido como uma grande referência de luta e de conduta.

Thomas K: Considerando que o PCdoB faz parte da oposição ao governo, gostaria de saber se o Partido irá realizar algum tipo de manifestação popular contra essa ação vergonhosa que envolveu o Senado, Congresso e Planalto para a retirada das assinaturas dos deputados da lista da CPI da corrupção.

Daniela F: Quem lhes escreve é uma completa alienada em termos políticos, mas uma pessoa indignada com a situação atual do nosso país, com um governo e um presidente corruptos, que não escondem seus atos de ninguém.

Márcio S: Sugiro que o Partido acione a Comissão de Direitos Humanos do Congresso com o objetivo de coibir os seguidos abusos da polícia baiana contra as manifestações dos estudantes pela cassação de ACM.

Gustavo C: Será que vocês poderiam me informar a diferença entre o comunismo e o nazismo. Esta página na Internet está muito boa.

Através de seu endereço eletrônico (classeop@ruralsp.com.br; http://www.pcodob.org.br) e de cartas à redação (rua Adoniran Barbosa, 53, São Paulo, SP, CEP 01318-020), A Classe recebe diariamente uma série de mensagens, das quais apresentamos alguns resumos. Todas as mensagens são respondidas aos seus autores. No caso das mensagens enviadas com o endereço eletrônico, os autores passam a receber materiais e opiniões do Partido, via correio eletrônico.

Comunistas na Internet

Já está no ar a página do Comitê Estadual do PCdoB do Espírito Santo na Internet, www.pcodobes.cjb.net. Também a deputada estadual Jussara Cony (PCdoB/RS) inaugurou sua página na rede: http://www.al.rs.gov.br/jussara_cony.

Nela há um cadastro para os internautas receberem pronunciamentos e artigos da deputada através do correio eletrônico e de materiais via correio.

Esperamos por sua visita e suas sugestões.

Respostas às perguntas mais frequentes

Centralismo democrático – o que é?

O PCdoB está convocando seu 10º Congresso, instância máxima do Partido. Como afirmou seu vice-presidente, Renato Rabelo, "o Congresso é o ponto alto na democracia partidária, quando o coletivo decide os rumos a serem trilhados. Nele são discutidas a linha política e a construção partidária, e é eleita a nova direção. É um momento que permite a elevação teórica, política e organizativa do Partido. Desde 1983 o PCdoB realiza periodicamente seus congressos, conforme os estatutos. Em nossos quase 80 anos de história, por uma série de motivos – em especial a brutal perseguição governamental aos comunistas, que nos forçava à clandestinidade – passamos por períodos relativamente longos sem congressos. Realizamos, principalmente após a reorganização, em 1962, conferências nacionais com características de congresso. Mas, após a derrota da ditadura militar, os congressos têm sido periódicos."

O PCdoB organiza-se com base no princípio leninista do centralismo democrático. Uma das resoluções aprovadas no seu 6º Congresso, em 1982, o Partido afirma: "O centralismo democrático, espinha dorsal da estrutura partidária, é um princípio organizativo e um dos principais elementos na formação ideológica do militante comunista. É uma das principais armas do proletariado na luta pela conquista do poder político e posteriormente para a consolidação da ditadura do proletariado. Não é por acaso que todos os que se opõem a esses objetivos da classe operária atacam raivosamente o centralismo democrático e tudo fazem para destruí-lo."

Para funcionar bem e dirigir as massas de acordo com um plano, o Partido deve estar organizado sobre a base do centralismo, com estatutos únicos, com uma disciplina partidária igual para todos, com um só órgão de direção à frente, a saber: o Congresso do Partido e, nos intervalos entre congresso e congresso, o Comitê Central, com a submissão da minoria à maioria, das diferentes organizações inferiores às superiores. Sem ajustar-se a estas condições, o Partido da classe operária não pode ser um verdadeiro partido nem cumprir com seus deveres de direção do proletariado.

Esses princípios estão no Estatuto do Partido, que afirma:

CAPÍTULO I DO CENTRALISMO DEMOCRÁTICO

Artigo 17 - O princípio diretor em que se baseia a organização do Partido é o centralismo democrático, que significa:

- eleição de todos os organismos dirigentes do Partido, de baixo para cima;
- prestação de contas periódicas dos organismos dirigentes do Partido ante as respectivas organizações que os elegeram;
- disciplina rigorosa no Partido e submissão da minoria à maioria;
- caráter obrigatório das decisões dos organismos superiores para os inferiores;
- debate amplo e aberto nos organismos sobre as questões referentes à orientação partidária.

Artigo 18 - Os organismos do Partido aprovam suas deliberações por maioria

simples, salvo o disposto no Parágrafo 2º do Artigo 13.

Parágrafo Único - A eleição para os organismos dirigentes do Partido far-se-á por votação uninominal.

Artigo 19 - Os organismos do Partido trabalham segundo o princípio da direção coletiva. Todos os organismos dirigentes devem discutir e decidir coletivamente os problemas que se colocam diante do Partido, as tarefas e os planos de trabalho. O princípio da direção coletiva não elimina a responsabilidade individual.

A disciplina consciente e o espírito de Partido são indispensáveis ao fortalecimento do centralismo democrático e à coesão das fileiras partidárias. Do processo de discussão das teses à plenária final do 10º Congresso, os comunistas brasileiros estarão revitalizando e fortalecendo a democracia partidária e tornando o PCdoB mais apto para enfrentar os grandes desafios da luta e construção de um novo mundo, sem exploradores e explorados.

Qual o posicionamento do PCdoB sobre a reforma agrária?

O Programa Socialista para o Brasil, aprovado pelo PCdoB em 1995, considera o seguinte:

"Far-se-á reforma agrária antilatifundiária que consistirá basicamente em:

■ Fixação de teto máximo para as propriedades rurais, segundo as diferentes regiões do país. Isso permitirá a exploração da propriedade do solo por capitalistas de médio e grande porte;

■ O excedente do teto máximo e as terras devolutas, considerados de interesse social, constituirão o Fundo Agrário Nacional, utilizado pelo Estado para suprir as necessidades do amplo desenvolvimento das áreas rurais;

■ Apoiado no Fundo Agrário, o Estado garantirá o acesso à terra a todos os que nela queiram viver e trabalhar. Dará proteção e ajuda aos pequenos e médios produtores agrícolas".

O PCdoB defende a reforma agrária antilatifundiária na fase de transição do capitalismo para o socialismo. Considera, contudo, que a nacionalização da terra – meio de produção fundamental – é indispensável à construção da nova sociedade.

O PCdoB, já na década de 20, defendia a reforma agrária e a aliança entre os trabalhadores da cidade e do campo para enfrentar o capitalismo.

No governo FHC milhões de hectares de terras públicas foram apropriados por grandes empresários, e apenas um deles, o dono da construtora CR Almeida, do Paraná, abocanhou sozinho uma área de 4 milhões de hectares no Pará, maior do que o território da Dinamarca. Há no Brasil 3.065 proprietários rurais que somam 93 milhões de hectares, ou seja, 11% do território nacional.

Somente entre 1995/99, houve um êxodo rural de 4 milhões de brasileiros. E segundo estudos internos do próprio governo, há uma expectativa de que, se não mudar o modelo, nos próximos anos, de 8 a 13 milhões de pessoas tenham que deixar o campo, especialmente no Nordeste.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP), Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Edvar Bonotto e Luciano Pereira de Menezes (arquivo). Editoração Eletrônica: Marco. Administração: Francyrrose de Andrade Matarazzo. Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 3106 0412. Fundação Maurício Grabois. PCdoB na Internet: <http://www.pcodob.org.br> - Correio eletrônico: classeop@vento.com.br

NACIONAL

Declínio do governo FHC e crescimento da oposição

RENATO RABELO *

Nestes últimos meses o país vem sendo sacudido por uma combinação de múltiplas crises. Presencia-se uma queda vertiginosa da credibilidade do governo de Fernando Henrique Cardoso. Expande-se na opinião pública a sensação de que o Planalto é tomado por um mar de lama e o governo encontra-se sem rumo. Um grupo de eminentes juristas apresentou motivos por crime de responsabilidade contra o presidente, exigindo a abertura de um processo de impeachment. Na Câmara dos Deputados já existem 15 denúncias contra FHC, que foram arquivadas intempestiva e autoritariamente. Pesquisa feita pela MCI revela que 62% dos entrevistados consideram que o Brasil de Fernando Henrique não está no caminho certo (em março eram 55%). Demonstrando irritação e desespero, FHC e o recém-eleito presidente de seu partido (PSDB), José Aníbal, elevam o tom verbal e passam a atacar desabridamente a oposição. As forças governistas sentem que é preciso agir, mas não há consenso entre elas do que fazer.

O Brasil começa a atravessar um novo curso político, que se caracteriza pelo agravamento da situação em todos os terrenos, por uma crise energética de consequências incertas, acrescida com a eclosão da seca nordestina, pela perda de poder e de credibilidade do presidente da República e pelo crescimento da oposição. Em decorrência, a sucessão presidencial é desatada, tanto no campo oposicionista como situacionista, e uma agenda constando de várias mobilizações populares toma conta do país.

Esgotamento neoliberal

Os últimos acontecimentos são sintomas da crise do modelo liberalizante, privatista e desnacionalizante conduzido pelo governo FHC. Mais especificamente, do esgotamento de uma fase de aplicação da política neoliberal no Brasil. O conto mirabolante de que bastaria a abertura e o fluxo do capital privado estrangeiro para elevar a produtividade, propiciar a diversificação da atividade econômica e produzir os investimentos suficientes para edificação da infra-estrutura e dos serviços públicos, sem a intervenção do Estado, revelou-se uma fantasia. A elite dominante que originalmente aderiu ao modelo neoliberal se divide. Uma parte já reconhece que não se pode explicar a atual falência energética apelando para um fenômeno da natureza. Afirmo que o "fracasso reside na política de desregulamentação". Ou seja: "O colapso vem da inviabilidade de transferir ao livre jogo das forças do mercado a tarefa de produzir um equilíbrio entre oferta e procura de bens públicos, como é o caso da energia elétrica". E, retirando lições dos últimos 20 anos dentre os países latino-americanos, conclui que, quando ocorre

o colapso, o governo volta a investir de forma extrema e dramática: "A privatização total conduz a estatização total – um extremo conduz ao outro". A falência do mercado auto-regulado engendra o seu contrário.

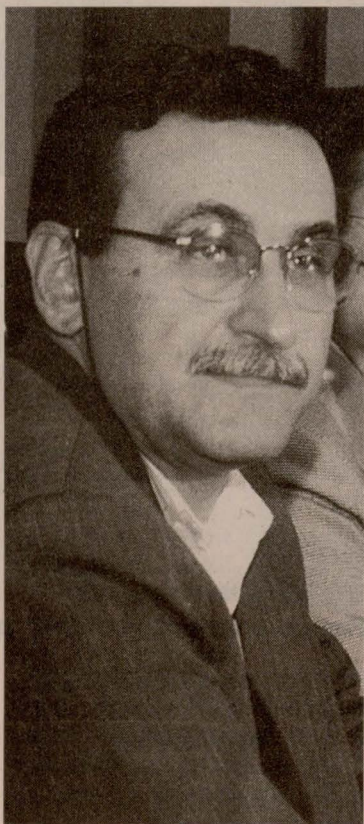
Diante dos resultados adversos, determinados setores dominantes já começam a esboçar a necessidade de um sistema "misto", no qual o Estado teria um papel interventor de maior significado e, por outro lado, as privatizações teriam limites. Em face da situação recente, torna-se patente que, sobretudo nos países dependentes, em regimes de abertura financeira como os atuais, a absorção do capital externo não eleva a taxa de investimento interno. No Brasil, ao longo de uma década, esta cresceu apenas 2% em relação ao PIB. Ademais, num quadro de ajuste fiscal absoluto como o praticado em nosso país, predominando a dinâmica de pesados superávits primários, o investimento em bens públicos de uso universal é seriamente comprometido, chegando-se ao abandono dos setores básicos da economia.

Ausência de projeto nacional

A situação tormentosa que atinge o país tem uma explicação mais profunda. O modelo seguido pela elite dominante brasileira desde o início da década de 90 – sobretudo após a vigência do governo FHC –, na sua essência, nega a necessidade e a viabilidade de um projeto nacional. Tornou-se uma heresia a definição de planos de desenvolvimento de médio e de longo prazos, passando a ser terminantemente condenada a intervenção do Estado no processo produtivo e na edificação da infra-estrutura do país. A linha governamental seguiu um fundamentalismo liberalizante. Mesmo sob a influência da onda neoliberal, pouquíssimos países optaram por privatizar seu sistema de produção e distribuição de eletricidade, como vem fazendo o governo brasileiro.

A crise econômica atual, produto da política liberalizante vigente, se enreda num permanente círculo vicioso infernal – retorno ao aumento de juros, acompanhado de crescente emissão de títulos cambiais. Com isso aumenta mais ainda a dívida interna em geral e em dólar, favorecendo a perspectiva de aumento inflacionário por meio do câmbio. Apresenta-se assim um novo quadro de crise cambial. Somente este ano o real já se desvalorizou em mais de 22% em relação ao dólar e se mantém persistentemente em tendência altista. Além disso, é cada vez mais difícil manter sob controle a dívida, por causa do seu crescente custo econômico e sobretudo social. A dívida interna cresceu num ritmo de R\$ 500 mil por dia útil em março e R\$ 600 mil em abril.

A conjuntura econômica já vinha se deteriorando em função da situação estrutural, determinada pela fragilidade das contas



Renato Rabelo

externas num momento de turbulência externa (desaceleração da economia dos Estados Unidos e crise argentina). Mas a falta de oferta de energia surge como o dado recente que agrava rápida e explicitamente o quadro econômico nacional. Todos os índices considerados macroeconômicos são redefinidos negativamente (diminuição da produção, aumento do desemprego, queda do investimento de fora, elevação inflacionária, acréscimo da dificuldade de cobertura do déficit da conta corrente). Começa-se a temer que as contas externas não fechem.

Esse quadro econômico em deterioração e a conjuntura política em agravamento repercutem-se reciprocamente. A crise energética atinge toda a população e é difícil para o governo transferir para outros a responsabilidade pelos problemas crescentes. Com o processo de corrosão do poder de Fernando Henrique e o desgaste intenso da imagem do governo federal, sua base de sustentação está desarticulada no Congresso. Tende à desagregação, tolhendo a já difícil governabilidade. Em consequência, a marcha sucessória se apressa. O cenário atual indica que vai perdendo viabilidade eleitoral uma candidatura avalizada pelo presidente da República. Na tentativa de retomar o controle da situação e acomodar as desavenças interpartidárias e de grupos – na disputa de maiores trunfos, tendo em vista as eleições de 2002 –, Fernando Henrique acena com a realização de uma reforma ministerial de êxito bastante duvidoso.

Governistas fragmentados

Em relação ao pleito de 2002, o campo situacionista encontra-se envolvido num ambiente de fragmentação política, sem uma candidatura potencialmente aglutinadora, resultando em uma situação pontilhada por

divisões, defecções e dissidências. Prevalece no PMDB a possibilidade de lançamento de uma candidatura própria na sua Convenção Nacional marcada para setembro, podendo até mesmo prevalecer a candidatura de Itamar Franco, o qual é, hoje, o maior obstáculo às pretensões políticas do Planalto. O PTB adere à candidatura oposicionista de Ciro Gomes. O episódio da violação do painel de votação do Senado, que levou à renúncia de dois senadores, retirou momentaneamente o governo do centro da ira popular. Por isso foi superdimensionado pela mídia e Fernando Henrique aproveitou o caso para se livrar de Antônio Carlos Magalhães. ACM, antigo esteio de sustentação governamental, assume desde então um papel dissidente, colocando no alvo de seu ataque Fernando Henrique e seu governo, acenando até mesmo para o lado de candidaturas oposicionistas. Entretanto, apesar do estágio de desarrumação e divisões entre as forças governistas, elas têm um discurso mais homogêneo quando se trata de defender o modelo dominante e justificar sua continuidade. As suas bandeiras neste momento se resumem em enaltecer, por um lado, as "conquistas alcançadas" (estabilidade monetária, reformas do Estado, prestígio internacional) e, por outro, afirmar que não pretende a "continuidade". (Linha adotada também pela maioria da mídia). Porém, acerca dessas "conquistas", os acontecimentos vão demonstrando serem um grande blefe, e o discurso da mudança da política dominante na boca deles soa contraditório e falso.

A esta fase mais grave dos seis anos de governo FHC – que consiste na sua maior rejeição popular, na crise do modelo e na deterioração da situação em vários planos – não surgiu ainda em contrapartida, uma resposta por parte das forças oposicionistas, com a profundidade que a situação requer. Em virtude da intensidade da crise de governo e das suas súbitas manifestações, é natural o alargamento do campo oposicionista e ao mesmo tempo a sua diversificação. Neste sentido, a proliferação de candidaturas contrárias ao governo FHC, apresentando saídas e buscando acumular forças, distingue o período atual. Todavia esse cenário não está consolidado, podendo se modificar no futuro com a conformação e junção de forças ou superação de alguma candidatura. Atualmente as cogitadas e em desenvolvimento – Itamar Franco, Ciro Gomes, Antony Garotinho e possivelmente Lula – ainda têm uma série de limitações e obstáculos a superar. A primeira depende das incertezas que predominam no âmbito do PMDB, sobretudo considerando as investidas que o governo federal fará sobre esse partido visando barrar essa candidatura; a segunda, a fim de se tornar viável, precisa compor uma aliança mais ampla; a terceira é a mais incipiente e encontra forte resistência dentro

do seu próprio partido, o PSB, além de também precisar compor com outras forças; a quarta, apesar de manter-se em primeiro lugar nas pesquisas, ser oriunda do maior partido da oposição, já reunindo desde então um quarto dos votantes a seu favor, mantém o estigma de não poder conquistar a maioria do eleitorado ou vencer no segundo turno.

No âmbito da oposição permanecem ainda diferenças quanto à alternativa ao projeto neoliberal dominante – principalmente a respeito dos fundamentos de um novo modelo substitutivo ao atual –, prevalecendo na essência um discurso heterogêneo e em definição quanto ao novo caminho a seguir. Também não existe identidade de pontos de vista com referência à candidatura que possa reunir melhores condições para vencer. Porém, todos os oposicionistas constatarem: a situação nunca esteve tão favorável para a vitória da oposição; o êxito só será alcançável com uma conjugação de forças; e a responsabilidade histórica da oposição na busca de um novo rumo para o Brasil nunca pesou tanto quanto agora.

Atuação comunista

Em face dessa realidade contraditória, a nossa posição tem sido, antes de tudo, considerando o quadro recente de múltiplas candidaturas: 1) a procura de pontos de ligação entre elas, colocando no centro da discussão um projeto alternativo contrário ao modelo neoliberal vigente; 2) a formação de uma coalizão oposicionista capaz de derrotar o pacto dominante centrado no governo FHC – podendo ser concretizada em parte ou no todo no primeiro turno ou no segundo do pleito de 2002; 3) impulsionar e organizar o movimento popular na luta contra o regime neoliberal.

Estas propostas correspondem a um anseio popular crescente e, mais ainda, das camadas da população realmente interessadas na mudança. Aplicando essas diretrizes é que propusemos aos partidos de oposição, ao Conselho da Frente e ao Fórum Nacional de Lutas um encontro nacional, democrático e popular, para procurar definir um programa comum de oposição. No âmbito da Câmara Federal, onde existe um maior ponto de contatos e aproximação com todos os partidos oposicionistas, estamos realizando uma rodada de debates com os pré-candidatos da oposição acerca da alternativa programática ao projeto governamental vigente. E transformando o clamor popular em ações imediatas de massas, intervimos e vamos participar em vários Estados e no dia 27 em Brasília nos atos programados, encimados pelas bandeiras de denúncias da corrupção, das privatizações e contra o apagão.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois
*vice-presidente do PCdoB, informe apresentado à 13ª reunião do Comitê Central, 11 de junho de 2001

NACIONAL

Em defesa do rio Araguaia

ALDO ARANTES*

A Hidrovia Araguaia-Tocantins trará graves prejuízos ao meio ambiente, cultura e turismo no Estado de Goiás. Por isto, apresentei projeto de lei com o objetivo de preservar o patrimônio representado pelo rio Araguaia.

A navegação fluvial é um meio de transporte da maior relevância para um país das dimensões do Brasil. Todavia, o rio Araguaia tem características que inviabilizam a navegação comercial de grande porte. Para isso, seria necessário gasto de imensos recursos financeiros e obras extremamente agressivas ao meio ambiente. A construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins acarretará prejuízo econômico ao poder público, degradação ambiental na fauna e flora do cerrado e agressão ao patrimônio cultural do povo goiano. O projeto de lei que apresentei na Câmara dos Deputados foi amplamente discutido com diversos setores envolvidos com a defesa, o estudo e a preservação deste importante patrimônio ambiental e cultural de Goiás.

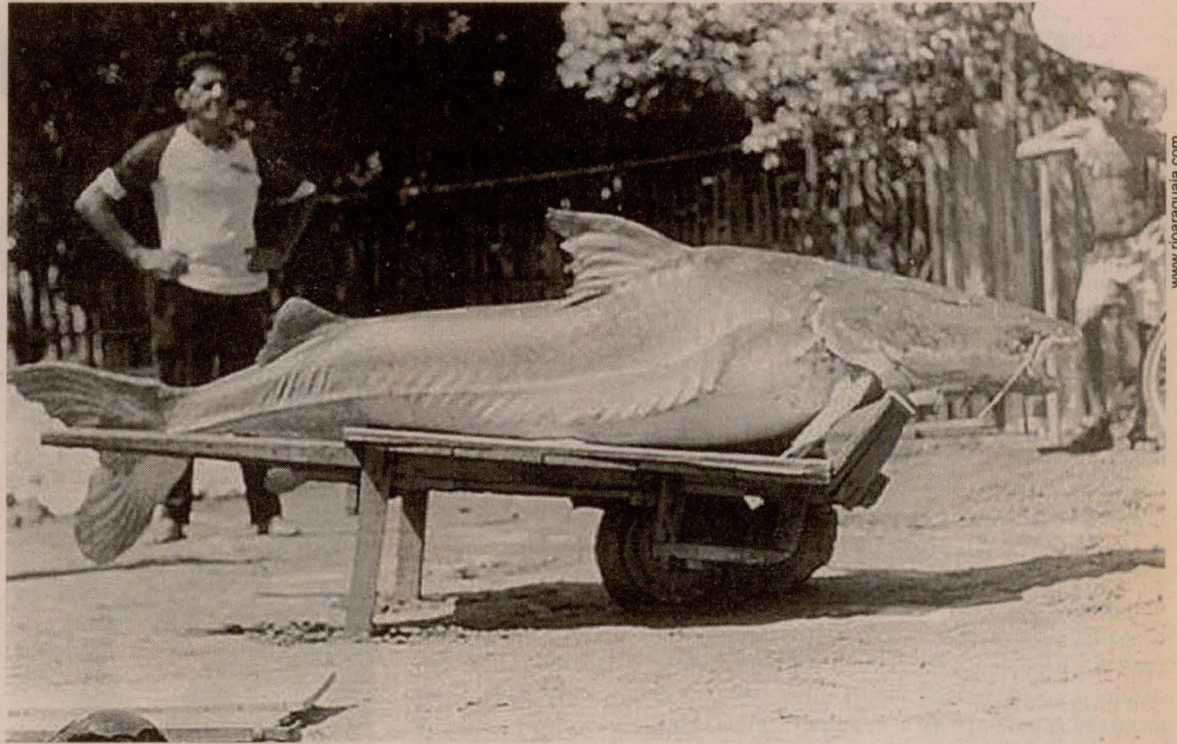
Situado em região de transição de dois grandes biomas brasileiros, o Cerrado e a Floresta Amazônica, o rio Araguaia caracteriza-se por elevada diversidade de habitat e por uma vegetação e fauna altamente diversificadas. Uma característica importante do Araguaia é a mobilidade de seu canal

principal, cuja localização varia de ano para ano.

O projeto da hidrovia, contudo, pode modificar substancialmente as condições ambientais, sociais e econômicas da região do Araguaia. Pelas características do rio do seu principal afluente, o rio das Mortes, será necessário a dragagem do leito desses rios para a manutenção de um canal suficiente para o trânsito das chatas granelleiras. Em alguns trechos, conforme o Estudo e Impacto Ambiental (EIA), seria necessária a repetição da dragagem anualmente, devido aos bancos de areia móveis, o que significa custos elevados permanentes. Além disso, estão previstas remoções de travessões de pedra, os chamados derrocamentos, tanto no rio Araguaia como no rio das Mortes.

Os processos de drenagem em certas áreas, e alagamento e assoamento em outras, mudarão completamente a dinâmica de formação e esvaziamento das lagoas. Isso trará sérios prejuízos à reprodução e desenvolvimento das populações de peixes, alterações do nível do rio e dos ritmos de enchente e vazante, bem como de sua paisagem, alterando toda a dinâmica do rio Araguaia, do rio das Mortes e seus afluentes.

O turismo, baseado nas belezas naturais, praias e pesca, será afetado. O rio Araguaia representa hoje um dos maiores pólos turísticos de Goiás e Tocantins e, possi-



Piraíba, com 2m30 e 155 kg, pescado no rio Araguaia

velmente, também de Mato Grosso. Estima-se que somente o porto de Luís Alves, localizado ao sul da ilha do Bananal no município de São Miguel, tenha recebido em 1999 100 mil visitantes.

A implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins não se justifica ainda em face da construção da Ferrovia Norte-Sul. A hidrovia e a ferrovia teriam um mesmo universo de cargas, ao longo de um mesmo corredor geo-econômico. Segundo dados da Valec, responsá-

vel pelo projeto da ferrovia, seriam necessários investimentos da ordem de 1,5 bilhão de dólares para a conclusão da ferrovia, incluindo a infra-estrutura, o material rodante e as estações. Já para a efetivação da hidrovia, os valores apresentados são pouco confiáveis, já que o próprio EIA é contraditório quando trata de avaliar o volume das intervenções físicas indispensáveis para a viabilização da navegação.

Estimativas realizadas por organismos oficiais apontavam como necessária a importância de 800 milhões de reais para a conclusão do projeto, isto na época em que o real valia aproximadamente um dólar. No orçamento inicial deixaram de ser incluídos ainda os investimentos com portos, estradas de rodagem e ferrovias de conexão com as regiões

produtoras e os portos de destino final. Só a construção da eclusa da barragem de Tucuruí poderá consumir algo em torno de 400 milhões de dólares.

Pergunta-se agora se é plausível a idéia de aplicar uma quantidade significativa de recursos públicos para levar adiante dois projetos cuja viabilidade econômico-financeira depende da maior captação possível de cargas de um mesmo mercado que é ainda limitado.

Nós, os goianos, que temos o privilégio de usufruir diretamente dessa riqueza que é o Araguaia, sempre o defendemos das agressões. Não podemos nos omitir diante dessa nova ameaça que é a Hidrovia Araguaia-Tocantins.

*deputado federal PCdoB/GO



Manifestantes protestam contra a falta de investimentos na geração de energia, no Rio

O Rio contra o apagão

O Rio de Janeiro deu a largada nas grandes manifestações de rua contra o apagão e a corrupção. Mais de 50 mil pessoas protestaram contra a crise energética e a corrupção geradas pelo governo de Fernando Henrique. Nem a chuva no final da Marcha foi capaz de esfriar a animação do ato organizado pelo Fórum Estadual de Lutas que conseguiu reunir um amplo leque de partidos (PCdoB, PSB, PT, PMDB, PSTU, PV) e entidades como a ABI, CUT, Ubes, UNE, MST, Modecom, Unegro, UBM e contou com a participação do governador Anthony Garotinho, do presidente do PT, José Dirceu, e do líder do PCdoB na Câmara Federal, Inácio Arruda.

Garotinho, que tenta na Justiça diminuir os prejuízos causados à economia do Estado com o racionamento de energia, declarou: "Espero que essa marcha acabe em Brasília, tirando Fernando Henrique Cardoso do Palácio do Planalto. Apesar da crise pela qual estamos passando, serviu para mostrar que o governo é incompetente e quem manda é o FMI."

A presença do Partido foi marcante, com muitas bandeiras e a participação de delegações do Grande Rio e Interior. O PCdoB foi representado no ato pela deputada Jandira Feghali, que citou que há muito o PCdoB alerta para a gravidade da situação. "Na década

de 90 investimos menos da metade do que na década de 80. Houve um retrocesso planejado dos investimentos no setor. O PCdoB está novamente nas ruas para dizer não ao apagão, à corrupção e às privatizações, que são a marca deste governo. É preciso romper com o FMI e financiar com recursos públicos a área energética. Faz parte da construção de um novo projeto político para esse país, baseado na vontade do povo e na soberania nacional".

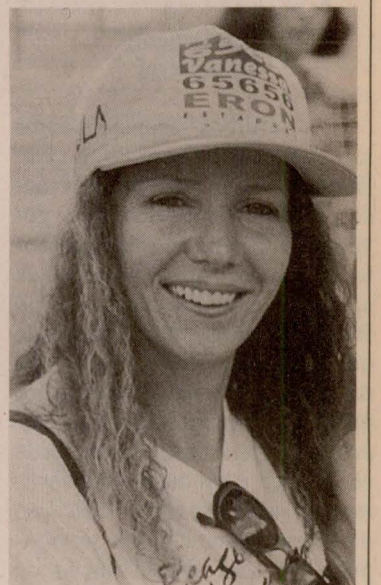
Com o sucesso da manifestação o Partido busca ampliar junto ao Fórum Estadual a mobilização para a Marcha à Brasília no dia 27.

Vanessa é destaque na Câmara

Am 2000 a deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) foi quem mais apresentou propostas na Câmara Federal dentre todos os 513 parlamentares. Os dados foram divulgados pelo suplemento "De olho no Congresso" (do jornal *Folha de S. Paulo*) – foram ao todo 340 proposições.

Vanessa, além de ser a deputada amazonense mais ativa (em presença, número de pronunciamentos e apresentação de propostas), está no grupo dos parlamentares federais muito atuantes.

No ano passado, a parlamentar comunista fez 97 discursos em defesa do Brasil e da Amazônia, situando-se entre os 40 que mais ocuparam a tribuna da Casa. Mas sua atuação vai ainda mais longe: teve destaque na CPI dos Medicamentos e nas comissões da Amazônia, Patrimônio e Recursos Genéticos, Acumulação de Emprego Público e do Trabalho. Sua posição em defesa dos trabalhadores foi registrada pela *Folha*: foi a única deputada do Amazonas a votar contra o salário-mínimo de R\$ 151,00 (e em favor de um salário maior), contra o nepotismo e a lei da mordida; ainda votou em defesa da quebra do monopólio da energia elétrica; combate à elisão fiscal e a favor do fundo de combate à pobreza.



Vanessa Grazziotin

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) colocou Vanessa entre os 150 deputados mais influentes da Câmara Federal. Classificou-a como "um mandato destacado e em ascensão". Sua participação na CPI da grilagem e sua posição em defesa da CPI da Corrupção são marcas desse seu terceiro ano de legislatura e, bem antes do pais ficar perplexo diante dos escândalos, Vanessa já havia denunciado várias irregularidades no órgão.

NACIONAL

Medo domina o Planalto

LUIZ CARLOS ANTERO

O Palácio do Planalto está assombrado pelos temores de novas denúncias intestinas, agravados pelo ambiente internacional aquecido com a prisão do ex-presidente argentino Carlos Ménem, igualmente adepto da desmoralização da trilha neoliberal, e pela crise no país vizinho. Essas denúncias afetam o Congresso Nacional e seus personagens mais ligados à fragmentada base governista - os mais notórios na hierarquia do poder. Já apagaram três mandatos de senadores governistas (Luiz Estevão, PMDB; José Roberto Arruda, PSDB; e ACM, PFL), sob um ambiente de pesadas acusações. Attingindo elementos intimamente associados ao atual governo, desnutram Fernando Henrique Cardoso e seu projeto continuísta.

Agora está na linha de tiro o presidente do Senado e do Congresso Nacional, Jader Barbalho. O procurador geral da República, Geraldo Brindeiro, chegou a engavetar o processo relativo ao BANPARÁ, de onde Jader tiraria recursos para sua "acumulação primitiva", brincando de investir dinheiro público na ciranda financeira do início dos anos 90. Muito importante para o governo, Jader contou com o apoio de FHC na disputa contra ACM. É, portanto, um especial aliado na base parlamentar e na oposição dentro do PMDB à candidatura do governador mineiro Itamar Franco à Presidência da República - hoje o principal alvo do acordo palaciano entre PSDB e PMDB.

"Roubar em paz"

Jader enfrenta uma investida que o compromete em fraudes com títulos da dívida agrária (TDAs), reveladas pelo banqueiro e agropecuarista Serafim

Moraes e sua mulher, Vera Arantes Campos - uma ex-corretora da Bolsa de Valores de São Paulo. Além disso, uma lista com a situação de 26 projetos financiados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) novamente colocou Jader no centro de uma investigação da Polícia Federal e da Procuradoria da República sobre tráfico de influência política, fraudes etc. A lista foi encontrada com o ex-superintendente da Sudam, Arthur Guedes Tourinho, indicado por Jader em 1996 e exonerado em 1999, acusado de desvio de verbas e de beneficiar com mais de R\$ 100 milhões um ex-sócio de Jader, José Osmar Borges. Parte expressiva dos projetos está na região de Altamira/PA, uma das principais bases eleitorais de Jader.

FHC se transformou num autêntico alvo parado das acusações de corrupção. ACM renunciou ao mandato de senador para preservar seus direitos políticos e escapar do processo de cassação por ferir o decoro parlamentar. Mas não se aquietou. Passou a proferir ofensas cada vez mais diretas, sabendo que somente às custas do mordomo neoliberal manter-se-á em evidência. Disse na televisão que FHC efetivamente comprou os votos dos deputados para assegurar a aprovação da emenda constitucional que permitiria sua reeleição. Informou que muitos parlamentares receberam entre R\$ 200 mil e R\$ 400 mil, mediante a direta ação sedutora do então braço direito do presidente, o ex-ministro Sérgio Motta.

ACM disse também, numa outra declaração amplamente reproduzida, que FHC ordenou a Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário-geral da Presidência e coordenador das suas campanhas eleitorais, uma coleta financeira "extra-oficial" (caixa 2) junto a

empresários durante a campanha de 1998, usando seu nome. "Se ele (FHC) disser que é mentira, vou apontar todas as pessoas que deram dinheiro para o Eduardo Jorge por ordem dele". Na rádio Subaé, de Feira de Santana/BA, ACM afirmou que vai "percorrer todo o Brasil para não deixar o Fernando Henrique roubar em paz".

Entre o silêncio que simbolizaria uma tácita admissão de culpa e uma reação indignada, FHC optou por determinar à Advocacia Geral da União que, na Justiça, entrasse com dois processos criminais contra ACM.

O cerco evolui

Mas também no campo jurídico é FHC o maior alvo dos processos que pretendem removê-lo - de preferência algemado - do Palácio do Planalto. O presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, passou maus momentos diante de uma denúncia assinada pelos advogados Fábio Comparato, Celso Bandeira de Mello, Dalmo Dallari, Goffredo da Silva Telles e Paulo Bonavides. Trata-se do 15º pedido de impeachment de FHC apresentado à Câmara desde 1995, início do seu primeiro mandato (13 foram arquivados).

No documento, FHC é acusado de crime de responsabilidade pela liberação de R\$ 80 milhões em emendas ao Orçamento para abafar, em maio, a CPI da corrupção. Os 20 congressistas que retiraram seu apoio foram beneficiados com o saldo de restos a pagar de 1999 e 2000 e também podem se tornar alvo da Justiça em processos por corrupção ou prevaricação (deixar de praticar um ato previsto em lei ou fazê-lo em benefício próprio), bem como para cassação de mandatos. "Num esquema de toma lá, dá cá, o deputado retira sua assinatura, depois, na Caixa Econômica Federal (de onde saiu a maior parte dos recursos), retira o dinheiro", dizem os juristas, considerando "estranho que se queira barrar a CPI da corrupção com atos de corrupção".

Em qualquer leitura da Constituição, FHC atentou contra "o livre exercício do Poder Legislativo". O pedido de impeachment foi protocolado na Secretaria Geral da Câmara, mas Aécio Neves não acatou a denúncia dos advogados por considerar que não existiam as provas. Nas circunstâncias de uma vigorosa pressão popular, e sob pena de sair igualmente enxovalhado, mais na frente Aécio poderá ter que pedir aos partidos as indicações para uma comissão especial que decida sobre o processo contra FHC - que, aprovado, passará a tramitar no Senado, como ocorreu com Collor de Mello em 1992.

O cerco vai se fechando em torno da antiga e atual equipe de auxiliares de FHC. Na Convenção



Protesto contra o apagão no Rio

Nacional do PSDB, em Brasília, FHC expôs todo o seu desespero, disparando contra Itamar Franco e demais críticos do programa de racionamento; Marco Aurélio de Mello, o novo presidente do Superior Tribunal Federal (STF); e contra uma reportagem que acusou o governo de saber que Francisco Lopes - na ocasião presidente do Banco Central - negociava informações privilegiadas com empresas financeiras durante a desvalorização cambial, em janeiro de 1999.

Neste caso, o Ministério Público Federal (MPF) de Brasília e do Rio de Janeiro reúnem elementos acerca da existência da venda dessas informações, e sobre o conhecimento do esquema pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo ex-ministro Casa Civil, Clóvis Carvalho. O procurador Guilherme Schelb, de Brasília, investiga Lopes, o consultor Luiz Augusto Bragança, o economista Rubem Novaes e os gestores do Banco Pactual. Existem duas ações em curso no MPF sobre o socorro ilícito de R\$ 1,6 bilhão aos bancos Marka e FonteCindam.

Alguns envolvidos respondem a processos com os bens indisponíveis, mas o governo brasileiro, como no caso do Dossiê Cayman, age temeroso nas negociações internacionais. Estas poderiam levar à extradição e ao retorno esclarecedor do banqueiro Salvatore Cacciola - que fugiu para Roma em julho de 2000 e lá ficou, protegido pela cidadania italiana.

O medo e o desespero de FHC procedem: a insistência da oposição em instalar a CPI; a nova ofensiva contra Jader, ameaçando o desmonte de seu acordo com o PMDB governista; a queda livre do real e as ameaças que chegam das economias dos EUA e Argentina; a degradação acelerada da vida no país; os adversários em frondoso crescimento são apenas algumas das razões mais evidentes.

Neoliberal em crise

Como se não bastasse o amontoado de evidências que se agitam contra ele, FHC ainda admitiu sua inteira responsabilidade sobre a crise energética. "Mas que eu sabia que havia um problema energético, sabia do relatório

em 96". E ainda foi suficientemente cínico para afirmar: "Se soubesse que havia um risco tão iminente de apagão e não tivesse feito nada, estaria enganando o povo". Assim, confessou que mentiu ao demonstrar surpresa e responsabilizar seus antecessores e ministros nomeados em seus dois governos.

As presenças no Congresso Nacional do ministro do Apagão, Pedro de Parente, e do atual ministro das Minas e Energia, José Jorge, por convocação, foi tensa e ostensiva como num Estado de Sítio. Excluiu a participação do físico Pinguelli Rosa, da COPPE-UFRJ, e de outros especialistas do ramo energético. As mentiras de FHC foram sustentadas por Parente, que omitiu os cortes nos investimentos preventivos para atrair "investidores" e como seqüela da brusca mudança imposta de fora na matriz energética do país (da água gratuita que move as hidrelétricas para o gás boliviano - da Enron - ou argentino - da YPF privatizada -, que movimentaria termelétricas de custo muito mais alto).

Contudo, vai ficando mais claro para a sociedade que a ameaça da escuridão é diretamente inspirada pela necessidade de fazer caixa para o FMI ver: os investimentos não ocorreram porque as estatais foram constrangidas a manter R\$ 25,1 bilhões retidos em carteira no Tesouro Nacional, e o país apresentou um superávit superior a 38 bilhões - mais do que os R\$ 37 bilhões cabalados pelo FMI. Com isso, FHC emparedou a economia e a produção.

Hoje, a Petrobrás absorve prejuízos - inclusive cambiais - diários, pois paga pelo gás sem uso porque não foram construídas as termelétricas exigidas externamente. Mantendo a decisão de não investir, FHC prepara a privatização das usinas nucleares, gerando mais apreensões na sociedade quanto ao futuro do Brasil.

Sob a compreensão de que está sem governo, a maioria do povo brasileiro demonstra na prática seu desprezo por FHC. Entende que precisa assumir o país e se antecipa à crise da energia elétrica, reduzindo o consumo antes mesmo das ameaças oficiais (multas, sobretaxas, cortes de luz) que chegaram com o início do racionamento. FHC tentou manipular a disposição da sociedade, mas, longe de adotar uma colaboração servil, a população se expressa com rebeldia marchando para a desobediência civil.

Exemplarmente, no dia 10 de junho o povo reagiu a dois apagões em São Paulo ocorrendo às janelas para gritar contra o governo, especialmente em Higienópolis - bairro onde mora FHC. Em Belo Horizonte, as donas-de-casa moveram ação judicial contra a sobretaxa e conseguiram uma liminar que ratificou a correta posição do governador Itamar Franco quanto aos investimentos realizados no setor energético e na oposição ao governo federal. Esses e outros exemplos atestam o rotundo fracasso dos golpes de propaganda institucional e mostram que o movimento de rebeldia é de fato obscuro e atrasado - literalmente da escuridão.

Deputados comunistas criticam diretrizes de São Paulo

A audiência pública para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) realizada dia 13 de junho, na Assembléia Legislativa de São Paulo, teve o mérito de, mais uma vez, desmascarar a política do governo do Estado. A LDO estabelece as metas e prioridades da administração e disciplina a elaboração da lei orçamentária anual. Os deputados do PCdoB, Jamil Murad e Nivaldo Santana, criticaram a ausência do Projeto do Executivo.

O secretário de Economia e Planejamento do Estado, Montoro Filho, expôs as linhas gerais do Projeto e afirmou que "a novidade desta LDO é não ter novidade", referindo-se à continuidade das diretrizes orçamentárias adotadas desde o início do governo tucano em São Paulo.

Essa afirmação foi condenada pelo líder do PCdoB, Jamil Murad: "Diante da situação crítica que vivemos deveria haver mudanças, sobretudo no setor energético". Jamil também condenou o fato do governo não respeitar os direitos trabalhistas ao criar 30 mil vagas para frentes de trabalho, sem registro em carteira ou

qualquer outra garantia aos trabalhadores. "O mundo está caindo e o governo é autista, fica fechado no seu próprio mundo", disparou o parlamentar comunista.

Para o deputado Nivaldo Santana, o Projeto não passa de ficção, porque está completamente fora da realidade. "Estão subdimensionados no projeto os índices de inflação e de previsão cambial, enquanto se mostram superdimensionados os índices de crescimento do PIB", afirmou. O deputado indagou de que forma o Executivo pretende equacionar a dívida pública, que já supera a cifra dos 84 bilhões de reais. E questionou quais empresas o governo pretende privatizar, denunciando ainda que não há previsão de reajuste salarial para o funcionalismo.

Nivaldo Santana também perguntou sobre o alcance dos investimentos realizados no setor energético e como se pretende calculá-los, uma vez que esses investimentos se baseiam em moeda estrangeira e o país, hoje, atravessa profunda crise financeira também pela grande variação cambial.

NACIONAL

Olinda trilha novos caminhos

TUCA SIQUEIRA

Uma prefeita comunista do país, Luciana Santos, do PCdoB de Olinda (PE), herdou um município afogado em dívidas e com a estrutura de serviços sucateada. Mesmo assim, realizou um dos maiores carnavais da cidade dos últimos tempos (e o Carnaval é a principal atração turística de Olinda) e está recuperando os serviços públicos. Nesta entrevista a prefeita Luciana, o secretário de Governo, Renildo Calheiros, e o secretário de Finanças e Administração, Marcelino Granja, falam sobre os primeiros meses de gestão.

Classe: Qual o balanço geral deste início de mandato?

Luciana Santos: Estamos buscando regularizar os serviços essenciais para a Prefeitura. Nós deveríamos partir da estaca mínima – postos de saúde e escolas funcionando, assim como as secretarias que estivessem com a estrutura mínima pronta para agir – porém temos enfrentado uma desestruturação completa da máquina pública. Então nossa luta tem sido para regularizar os serviços básicos para a população. Olinda tem uma taxa de renda per capita que chega a ser a metade da registrada pela região metropolitana; é a quinta densidade demográfica do Brasil; tem taxas de violência elevadas; tem um déficit de 50 mil moradias. Enfim, indicadores de qualidade de vida terríveis. Nós ainda herdamos uma máquina administrativa completamente desarticulada e sem poder de fogo de intervenção. Arrecadamos 15 vezes menos do que Recife e temos 1/3 de sua população. O comprometimento da prefeitura de Olinda com o pagamento do setor pessoal chega a 59% do que arrecadamos. Mas avançamos em alguns pontos. Hoje, os postos de saúde já voltaram a funcionar, com profissionais e medicamentos necessários, e as escolas também. Estamos fazendo uma ação de prevenção das chuvas, instalamos um conselho de defesa civil que tem o

papel de tratar com situações de risco e de tragédia e isso é um avanço muito grande, porque Olinda, apesar de compor 14% da área de risco da região metropolitana, não contava com esse tipo de serviço. Outro destaque da nossa gestão é o orçamento participativo. Em cinco plenárias já conseguimos reunir mais de 3 mil pessoas. Isso demonstra a confiança da população, já que nunca houve ação como essa. Estamos reativando conselhos e mobilizando a população a participar das decisões de nossa gestão. Mais um desafio importante foi ter planejado o carnaval em um mês, sem recursos e com a preocupação de resgatar a nossa cultura popular e conseguimos fazer com que a festa tivesse o sucesso garantido.

Classe: Luciana foi eleita por uma coligação. Como se traduziu a participação da frente política em termos de convivência, contemplações e relações políticas?

Renildo Calheiros: O nosso governo tem a participação das forças que nos ajudaram a vencer as eleições. Tentamos montar a direção das secretarias com pessoas que respondessem bem tecnicamente e politicamente aos problemas do município. Luciana foi eleita com o apoio de sete vereadores eleitos. Hoje, de 21 vereadores temos o apoio de 14. Mesmo com a oposição sistemática formada por sete vereadores procuramos ter uma relação boa e de respeito.

Classe: Existe um diagnóstico da gestão anterior?

Luciana: Herdamos uma máquina falida, completamente sucateada em todas as áreas, inclusive, com sumiço de documentos e informações apagadas dos computadores. Do ponto de vista financeiro, temos uma dívida gigantesca que corresponde a um ano de arrecadação. Além disso, ocorreram alguns desvios, como o do Ministério de Integração Nacional com o projeto de contensão do avanço do mar (mais de 6 milhões de reais) e com o Fundo de Previ-



Luciana, postura firme contra o modelo neoliberal de Fernando Henrique

dência (deveria ter 7 milhões de reais e a conta está zerada).

Qual o diagnóstico da herança financeira deixada pela gestão passada?

Marcelino Granja: Em novembro, mês da transição, nós tínhamos a expectativa de que a dívida flutuante giraria em torno de 22 milhões. No entanto, descobrimos que a dívida era maior, no valor de 29 milhões e meio. A situação financeira da prefeitura é muito difícil, pois a dívida de curto prazo corresponde a 5 meses da arrecadação municipal. Além da desordem financeira, nos deparamos com uma completa bagunça no campo administrativo. Vários setores estavam paralisados, como a coleta de lixo. A rede pública de saúde e de educação estavam semi-paralisadas. Não havia nenhum planejamento para o carnaval (principal atividade turística da cidade). De acordo com a Secretaria da Fazenda, a inadimplência de Olinda é de 82%. Estamos lançando um pacote de medidas para levantar arrecadação como: parcelamento, descontos e uma melhor fiscalização de arrecadação do

ISS, que é o principal tributo de arrecadação do município.

Classe: Qual a reação popular diante da impossibilidade de se realizar algumas ações imediatas?

Luciana: Como estamos chegando muito junto nas ações, através dos mecanismos de participação e do orçamento participativo, esclarecendo a situação e tirando dúvidas, a população está reagindo muito bem. A operação das chuvas, por exemplo, tem tido um êxito enorme, pois as comunidades colaboram e as mesmas organizam feijoadas para comemorar essa prevenção da chuva em determinadas localidades. Esse é o nosso exercício diário: comunicação direta com a população!

Classe: Como está a relação da gestão com o governo do estado?

Luciana: Do ponto de vista administrativo não encontramos dificuldades. Por outro lado também não há nenhuma afinidade do ponto de vista político, e por isso também não há um desprendimento – como vimos no Carnaval, quando tivemos um apoio insignificante. Mesmo com o nosso posicionamento

crítico perante a política desenvolvida pelo governo do Estado, mantemos uma relação amistosa e institucional plena.

Classe: Como está a relação política com os outros governos municipais de esquerda do Estado?

Renildo: Contamos com a ajuda de muitos políticos do interior do Estado e por isso estamos trabalhando para não nos desfazermos das relações com os prefeitos e dirigentes políticos desses municípios. Estamos acompanhando o trabalho de suas gestões e como estão sendo resolvidos os problemas de suas cidades.

Classe: Qual o posicionamento da gestão perante o governo federal?

Luciana: Nós temos uma postura muito firme contra o modelo em curso no país e de resistência ao ataque à autonomia dos municípios com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Por causa da política de privatização do setor energético e por falta de investimentos do governo federal nesse setor, estamos enfrentando, como consequência, o "apagão". Continuamos a lutar por um basta no governo FHC.

SP: aonde está o dinheiro?

ALCIDES AMAZONAS*

A cidade de São Paulo presencia e sofre a mais grave crise da sua história, traduzida na progressiva degradação dos serviços públicos em geral, resultado direto de uma política econômica nacional que castiga a população. A administração municipal luta para tirar a cidade do caos, mas se depara com grandes dificuldades financeiras decorrentes das duas últimas administrações e das imposições do governo federal. O problema, portanto, passa por uma visualização da estrutura da crise para se apontar soluções de horizontes largos.

A primeira questão que precisa ser levada em conta é a forma imposta pelo governo federal para os Estados e municípios administrarem os recursos públicos. A cidade de São Paulo sofre com a asfixia de um "acordo" sobre uma dívida inflada em quase 50%, propositadamente para sugar recursos do município e destiná-los ao cri-

minoso pagamento de juros e encargos das dívidas interna e externa. Só no primeiro trimestre deste ano o governo federal pagou mais de 30 bilhões de reais apenas de juros da dívida interna esculpida cuidadosamente para saquear os cofres públicos e os direitos trabalhistas em benefício de agiotas, banqueiros e empresários. Mais ainda: uma dívida fabricada para garrotar investimentos em serviços essenciais e gerar recursos que somem nos escandalosos esquemas de corrupção que pontuam o governo FHC.

O governo federal não titubeia em se enterrar cada vez mais no mar de lama da corrupção, legítima fonte de sua política, e se utilizar de medidas arbitrárias contra os direitos dos trabalhadores e cidadãos – como o abuso das medidas provisórias. Agora mesmo, estamos presenciando um caso, o do Banco Marka/Banco Central, que lembra os métodos do Sokaya, braço da máfia japonesa Iakusa, cuja atividade é ex-



Alcides Amazonas, vereador

torquir informações para traficá-las. Essa operação criminosa transcorreu pelo símbolo máximo da administração da economia brasileira, o Banco Central, uma

organização entranhada na estrutura da República. Vale a pena ainda lembrar os exemplos do Proer e das doações do BNDES às montadoras e aos grupos privados que arremataram, com dinheiro público e a preço de banana, empresas estratégicas para o país no transcorrer do imoral Programa de Privatização.

Precisamos ir a fundo nas consequências dessa nefasta política econômica, sustentada por estratégias como esse da dívida do Município de São Paulo. O mesmo recurso foi aplicado no governo do Estado. A diferença é que o ninho tucano se cala ante essa verdadeira sangria de recursos públicos em benefício de especuladores e grupos privados. No acordo da dívida do Estado entraram a privatização de empresas como Eletropaulo, Cesp, Congás, CPTM e a venda de ações da Cesp, da Nossa Caixa e do Metrô. Sem talar no absurdo que foi a privatização da Banespa. E a União ainda leva, entre juros e en-

cargos da dívida inflada pelo Banco Central, mais de 3 bilhões de reais do Estado ao ano, dinheiro do povo que some nos esquemas de corrupção e na ciranda financeira da dívida interna. Só o caso Marka/FonteCindan drenou 1,6 bilhões de reais dos cofres públicos. O Proer consumiu mais de 24 bilhões de reais.

É preciso coragem para colocar os pingos nos "Is" e os traços nos "Ts". Só assim poderemos apontar as verdadeiras soluções para a grave crise na qual a cidade de São Paulo submergiu. É lamentável que esses dirigentes políticos responsáveis pelo estado de calamidade de um país às escuras e à deriva, encastelados em sua torre de marfim, não estejam ainda sendo suficientemente contestados. É preciso pôr um ponto final nessa vergonha nacional chamada governo FHC.

*vereador da capital pelo PCdoB/SP.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

MOVIMENTO

UNE realiza em Goiânia o maior Congresso de sua história

CLÓVIS WONDER

Entre os dias 13 e 17 de junho, a União Nacional do Estudantes (UNE), realizou em Goiânia seu 47º Congresso, com a presença de mais de 9 mil participantes, sendo 6070 delegados e mais de 4300 credenciados a votar nas propostas e na nova diretoria. Entre as muitas resoluções aprovadas, uma é o combate persistente ao neoliberalismo e às propostas e objetivos do governo FHC. Os estudantes ficaram alojados em escolas públicas estaduais e municipais e um eficiente apoio de infraestrutura não deixou que faltasse transporte, alimentação e abrigo a todos os participantes.

Os debates, com a presença de inúmeros convidados de todo o Brasil, abordaram temas das áreas de educação, cultura, economia e política. Participaram representantes de partidos políticos, como Renato Rabelo, do PCdoB, deputados federais como Aldo Arantes (GO), Aldo Rebelo (SP), Socorro Gomes (PA), Jandira Feghali (RJ),

todos do PCdoB, mais os deputados Babado (PT/PA), Luiza Erundina (PSB/SP), senador Eduardo Suplicy (PT/SP) e outros políticos e lideranças estudantis, populares e sindicais.

Nas plenárias finais, os estudantes debateram a questão da carteiras de identificação estudantil, questionada por alguns grupos que querem o fim da independência financeira da UNE e das organizações estudantis, o sistema de eleição, direto ou congressual e o plano de lutas do movimento estudantil para os próximos anos. Por larga maioria de votos, foi mantido o sistema de emissão das carteiras estudantis controlado pela UNE, UEEs e diretórios estudantis e o sistema congressual de eleição da diretoria, que derrotou a proposta de eleição direta de 2.415 votos a 1.291.

Oposição derrotada

Os grupos que fazem oposição a atual diretoria da UNE foram amplamente derrotados. A



Plenária do Congresso da UNE, em Goiânia

chapa que foi apoiada pela União da Juventude Socialista (UJS), mais setores do PSB, Juventude Estudantil Trabalhista e outros ganhou a eleição com mais de 67% dos votos. Felipe Maia, 23 anos, estudante de Economia na PUC de São Paulo, foi eleito presidente com 2.323 votos. A chapa chamada Oposição Unida teve 911 votos; a Mudança, 249 vo-

tos, e as outras ficaram com 124, 40 e 39.

O congresso também marcou a hegemonia indiscutível da tendência dirigida pela UJS na direção da entidade. Ela teve sua maior vitória não só na eleição para a diretoria, como na aprovação de teses e planos de luta para a entidade.

O PSDB, que surgiu com-

batando a atual diretoria e pedindo uma CPI para a UNE, com o objetivo claro de confundir os estudantes e abrir uma cortina de fumaça para proteger o governo FHC, saiu amplamente derrotado no congresso. Os estudantes majoritariamente rechaçaram suas intervenções no evento e derrotaram suas propostas.

A UNE não vai dar sossego para FHC

Em entrevista para A Classe Operária, o novo presidente da UNE, Felipe Maia, afirmou que a entidade não vai dar trégua ao governo FHC e a tudo que ele representa de mal para o Brasil e para os brasileiros. "Espero que minha gestão seja a que vai enterrar o projeto neoliberal no Brasil", afirmou.

Classe: Qual a avaliação que você faz do Congresso da UNE?

Felipe: Foi excelente! Foi o maior congresso da entidade, pelo número de delegados, com 6.200 universitários credenciados. E teve muita qualidade, o que garante uma posição de destaque da UNE nos próximos anos. Foi o resultado de uma situação política que leva o movimento popular para a luta e para posicionamentos mais ousados. Pretendemos, a partir deste congresso, diversificar mais a atividade do movimento estudantil, com a implementação de Centros Universitários de Cultura e Arte (Cucas) e com a organiza-

ção de jogos universitários envolvendo todo o país.

Classe: Que desafios a UNE se coloca de imediato?

Felipe: A grande tarefa do momento é ampliar a mobilização contra o governo de Fernando Henrique Cardoso e garantir que nossa entidade jogue papel de destaque na elaboração do programa e das propostas da oposição contra a orientação neoliberal. Vamos incrementar os preparativos da Marcha a Brasília contra o Apagão e a Corrupção, que acontecerá no próximo dia 27. Vamos mobilizar os estudantes de todo o Brasil para que essa marcha seja o maior evento de protesto do povo brasileiro que FHC já viu.

Classe: Quais as grandes questões enfrentadas pelo movimento universitário?

Felipe: A UNE vai desenvolver duas amplas campanhas. Uma, envolvendo os universitários das escolas particulares, pela redução das mensalidades, já que mais de 80% dos universitários brasileiros

pagam para estudar. Entre 1995 e 1999, várias escolas majoraram em até 80% acima da inflação suas mensalidades. O resultado imediato é a inadimplência e a evasão escolar. Esses valores podem ser reduzidos, como já conseguimos através de ações em Marília, São Paulo, na Unimar. Também o mercantilismo das escolas particulares será combatido pela UNE, que vai cobrar o MEC um melhor critério para autorizar o funcionamento de cursos particulares. A outra campanha é por um Plano Emergencial para as Universidades Públicas. O orçamento destinado pelo governo de Fernando Henrique é inferior ao necessário, transformando os reitores em gestores de crise, com falta de professores (um déficit de mais de 4.500), sem equipamentos de laboratórios e investimentos em pesquisa. Portanto vamos brigar por um plano emergencial para crescer e ampliar vagas e investimentos em pesquisas.

Politização dos estudantes assusta as elites

As recentes manifestações estudantis de março, abril e maio de 2001, lideradas pela UNE e pela Ubes, foram marcadas pela forte politização. O alvo principal foi o governo FHC, identificado como responsável pela corrupção, pela crise energética e pela decadência da educação pública.

Parte da mídia tentou descaracterizar os protestos como sendo somente pela punição dos parlamentares envolvidos na violação do painel do Senado, poupando o governo FHC. Festejou o reaparecimento, nas passeatas, de grupos de estudantes com concepções "autonomistas" sobre o movimento. Esses grupos inspiram-se nos neanarquistas que participaram dos movimentos antiglobalização neo-

liberal surgidos a partir do protesto de Seattle, em 1999.

Entre os milhares de delegados presentes no 47º Congresso da UNE seria possível contar nos dedos os "autonomistas". Franca e minoritários e insignificantes no movimento estudantil brasileiro, ganharam espaço em alguns jornais pela serventia de seu discurso contra os partidos e a politização da luta (leia-se contra partidos como o PCdoB). Defendem uma suposta "autonomia" e "espontaneidade" do movimento e são contra as entidades estudantis como forma de organização dos estudantes (fazem a opção por grupos de "ação direta").

A concepção de movimento estudantil unitário, politizado, com-

bativo e organizado, protagonizada pelos comunistas e pela UJS, é hegemônica no Brasil. As entidades estudantis lideram e organizam há décadas grandes mobilizações, amplas e radicais e de forte conteúdo político. Colocam no alvo o principal inimigo em cada período, seja a ditadura militar, Collor ou FHC.

Essa é uma combinação que não tranquiliza as classes dominantes. Daí a tentativa da mídia de mudar o foco dos protestos e o festejo com esses grupos neanarquistas, que pregam a desorganização e a despolitização. Nada mais útil para as forças neoliberais nesse momento.

(R. A.)

Vitória da unidade dos estudantes

RICARDO ABREU ("ALEMÃO")*

O movimento estudantil universitário, apesar das adversidades, cresce e se desenvolve. O 47º Congresso da UNE, mais importante acontecimento do movimento juvenil brasileiro, reuniu um número recorde de delegados eleitos durante as mobilizações estudantis de março, abril e maio.

Fruto do ascenso das lutas contra o governo FHC, a corrupção e a privatização, esse grande congresso foi preparado e organizado nesse período de protestos e passeatas. Foram eleitos delegados e delegadas que estavam na luta. O crescimento inédito do ritmo de aumento das matrículas no ensino superior brasileiro, principalmente nas universidades particulares, também explica o crescimento do congresso. Além disso, os êxitos da gestão 1999-2001 são muitos. A UNE esteve presente e atuante em todas as debates e manifestações acerca dos grandes temas nacionais. Ao mesmo tempo orientou e coordenou a luta nas universidades e realizou atividades como a 2ª Bienal de Cultura, que fundou o movimento dos Centros Universitários de Cultura e Arte, os CUCA.

Unidade popular contra FHC

Os estudantes aprovaram propostas avançadas para o próximo biênio e decidiram pela continuidade das mobilizações, em conjunto com os secundaristas liderados pela Ubes e com o Fórum Nacional de Luta, para derrotar a política neoliberal de FHC. A principal resolução do congresso foi a de unir a oposição em uma ampla frente política contra o governo neoliberal de Fernando Henrique. A UNE fará um debate nacional sobre um novo projeto para a nação e a importância estratégica da

universidade brasileira para o nosso desenvolvimento independente. Nesse sentido a UNE realizou, ainda durante o congresso, uma caminhada seguida de um ato político com lideranças nacionais.

As mais variadas opiniões políticas se expressaram no congresso. Dentre elas, destacaram-se duas que polarizaram o debate. Uma era defendida pelo movimento "Agora só falta você" (UJS e independentes) e outros movimentos de forças aliadas como a JS do PDT, a JSB (PSB), a JPS (PPS) e o MJT, ligado a setores do PTB que fazem oposição a FHC. A outra, de orientação trotsquista, era formada principalmente por movimentos dirigidos pelo PSTU e por setores do PT.

As divergências fundamentais eram centradas no combate ao neoliberalismo e na concepção de movimento estudantil. Enquanto a maioria do congresso defendia uma política de unidade do movimento contra FHC e de fortalecimento da UNE, a oposição colocou no alvo do seu ataque virulento o PCdoB. Até mesmo setores importantes do PT não conseguiram se diferenciar e ficaram reféns dessa política divisionista. Essas duas opiniões polarizaram as votações do congresso, e em todas foi vitoriosa a orientação mais avançada, por larga margem.

É preciso registrar a postura aguerrida e consciente da grande militância da UJS, destaque do congresso. Ao final, o Partido e a UJS, alvos de ataques delirantes da oposição e da mídia, saíram deste congresso muito mais prestigiados e fortalecidos.

Mas a vitória maior foi da UNE unitária, combativa, democrática, plural e partidária. Responsável pela Juventude na Comissão Política do Comitê Central

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

NACIONAL

Censo 2000: a revelação de um novo Brasil

LEJEUNE MATO GROSSO
XAVIER DE CARVALHO

Divulgados dia 9 de maio, os dados preliminares do Censo 2000 apontam para algumas mudanças na população brasileira.

Os censos são contagens populacionais que ocorrem em determinados períodos de tempo e são práticas muito antigas na história da humanidade. No Brasil, vêm sendo realizados desde o Império. Normalmente é feito com a totalidade da população de um país e o período padrão é de dez anos. Num prazo menor que esse são feitas contagens por amostragens domiciliares. E a cada ano são feitos outros levantamentos com amostras menores e aplicam-se a elas índices de estimativas de crescimento com base em resultados anteriores. Com base nisso, é possível estimar, quase que instantaneamente, quantos somos no país (os que visitarem a página do IBGE na Internet poderão ter acesso a um relógio populacional, que mostra "instantaneamente" quantos somos naquele momento).

Durante o governo Collor de Mello, em 1990, por total descaso governamental, corte de verbas, secundarização dos dados estatísticos, deixou-se de contar a população brasileira, o que foi feito apenas em 1991.

O censo em um país não mede apenas quantos habitantes o integram. Mede tamanho das famílias, tipo de moradias, condições de vida e habitabilidade da moradia, tipo de trabalho das pessoas e sua ocupação, grau de escolaridade, acesso aos serviços de saúde básicos, origem étnica de sua população etc. Existem censos especiais, como o agro-pecuário, destinado a medir tudo que se refere à vida no campo; censo Industrial, que verifica tudo sobre a indústria do país.

Ter sempre em dia os dados populacionais e da sua economia ajuda o país a fazer um bom planejamento administrativo, gerir bem seus recursos, aplicar melhor seu dinheiro e oferecer melhores serviços à sua população, em especial nas áreas identificadas como as mais carentes.

O planejamento no Brasil faz parte daquilo que o governo de Fernando Henrique Cardoso vem querendo dismantlar há 6 anos: a era Vargas. Não data de mais de 60 anos que as estatísticas e as pesquisas populacionais vem sendo mais bem elaboradas e planejadas. Quando da realização de um censo, mobilizam-se milhares de pessoas, técnicos, supervisores, sociólogos, estatísticos, geógrafos e tantas outras profissões para elaborar uma radiografia o mais real possível da sua população.

É com base nos dados do IBGE que, quando cruzados com os dados dos cartórios eleitorais, é possível realizar, de forma científica e muito precisa, as pesquisas eleitorais e de intenção de voto. São com esses dados que os profissionais da área podem determinar o tamanho das amostras que vão entrevistar, de tal forma que sejam probabilisticamente iguais ao universo estudado (com base nos teoremas de Fermat e Pascal, matemáticos do século XVIII).

Quantos somos no Brasil?

Os anuários estatísticos brasileiros vêm saindo, nos últimos anos, com uma média de 18 meses de atraso. Os que foram divulgados, no entanto, já são substanciais, ainda que abordem basicamente as questões relacionadas ao tamanho das populações nas cidades, fertilidade média e local de moradia. Mas já nos revelam muitas coisas.

O Brasil é hoje o quinto país mais populoso da Terra, com 169.590.693 habitantes, ou, em conta de chegar (e já chegou pelo relógio populacional...), 170 milhões de pessoas. Perde apenas para a China (1,28 bilhão), Índia (1,01 bilhão), EUA (275 milhões) e Indonésia (225 milhões).

O que chama a atenção nesse aspecto é a densidade demográfica, ou o número de habitantes que vivem em um quilômetro quadrado de território. O Brasil continua sendo um dos países com as mais baixas taxas de ocupação territorial do planeta. Comparando com os 4 países que estão à sua frente em termos populacionais, o Brasil passa todos em densidade: apenas 19,9 brasileiros por quilômetro quadrado (a Índia tem 304, a China tem 134, a Indonésia 119 e os EUA 29,3).

Mesmo essa ocupação territorial é completamente desigual em plano nacional. Há lugares densamente povoados e outros minimamente habitados. Há núcleos populacionais urbanos, como São João do Meriti (RJ), que tem 12.897,8 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto Atalaia do Norte (AM) tem apenas 0,13 habitantes por quilômetro quadrado (ou 13 pessoas a cada 100 quilômetros quadrados).

O Censo revelou uma concentração, além das já conhecidas que são renda, terra e riqueza, que é a das grandes cidades. O Brasil possui hoje 5.507 cidades em todos os Estados. Desse total, apenas 224 (ou 4,06%) concentram 51% de toda a população do país (ou 86 milhões de pessoas).

Uma certa volta ao interior?

Os dados preliminares já apontam que as capitais e grandes cidades deixaram de ser pólos de crescimento e de migração interna, ou seja, não atraem mais como já atraíram no passado recente. Todas elas cresceram a uma média menor do que a nacional.

Do total de crescimento verificado entre os dois Censos (1991 a 2000), 76,8% foi registrado a partir de cidades do interior do país, em especial as cidades de porte médio, que passam a atrair mais pessoas. Os municípios pequenos e micros, continuam com seu perfil ainda rural em sua maioria.

No período de 9 anos apenas, foram criados 1.106 novas cidades, ou uma média de uma cidade a cada 3 dias. Dito de outra forma, uma em cada 5 cidades existentes no Brasil, surgiu nos últimos 9 anos. Isso faz com que ainda persistam as populações rurais expressivas em certas regiões. Do total nacional, consideram-se moradores do campo 31.835.143 ou 18,77% da população (os urbanos são 81,23% ou 137.755.550 moradores).

Os pobres e as cidades

Também com relação à moradia dos mais pobres, o Censo fez grandes revelações. Os dados apontaram para um percentual de crescimento das moradias muito maior do que o próprio crescimento po-



Condições de moradia refletem desigualdade social

pulacional. Isso pode indicar duas coisas pelo menos: 1. crescimento da especulação imobiliária (muita gente constrói, mas para não morar no imóvel) e 2. degradação das condições dos que moram em uma residência.

Senão vejamos: em 9 anos o número de domicílios cresceu 83%, enquanto a população cresceu apenas 43%. Em números absolutos, o Censo mostrou um total de 6 milhões de domicílios desocupados. Desconsiderados os aspectos metodológicos, sobre o que o IBGE considera domicílio desocupado (e aí estão incluídas até casas em cidades que não mais existem), o fato é que esse contingente de casas poderia abrigar algo como 22 milhões de brasileiros, que por sua vez vivem de forma precária, nas periferias das grandes cidades.

Estatisticamente, isso faz cair, ainda que de forma artificial, o número de pessoas por domicílio no país. Ou seja, quando divide o total da população pelo total de domicílios existentes, verifica-se que em 2000 existiam apenas 3,75 pessoas por domicílio, enquanto que em 80 eram 4,63 e, em 91, eram 4,10.

Esses números levam em conta o total de domicílios no país, inclusive os fechados. Mas há também um grande disparate entre as moradias. Se, por um lado, existem residências com mais de 60 quartos, como a mansão da família Safra no bairro do Morumbi, em São Paulo, por outro, nas favelas e cortiços, chegam a morar mais de 18 pessoas em apenas um só cômodo. É a precarização das vidas nas grandes cidades.

Migração para a periferia dos grandes centros urbanos

Os dados do Censo 2000 também apontam uma migração interna nas grandes cidades, com fluxos migratórios do centro para as periferias das grandes cidades e capitais. Isso acarreta uma precarização das moradias, já apontada por diversos estudos, em especial o Mapa da Pobreza e da Exclusão Social, elaborado pela PUC de São Paulo.

Essa migração interna nos grandes centros acaba por acarretar um impacto muito grande na qualidade de vida dessas populações da periferia. Além de encare-

cer os serviços urbanos que devem ser levados cada dia para locais mais distantes, cria uma situação de paradoxo: o centro, com serviços instalados há mais tempo, vai ficando precarizado, com uma densidade demográfica pequena, num local onde existem praticamente todos os serviços urbanos já instalados (luz, água, gás, telefonia, transportes, escolas etc.).

Assim, quanto mais as periferias vão crescendo, em função da especulação imobiliária, mais precária torna-se a vida das pessoas nessas localidades, ao passo que onde as condições de vida urbana são melhores, moram poucas pessoas ou ainda pessoas que possuem um poder aquisitivo maior.

Finalmente, na maior cidade da América Latina, São Paulo, o centro da cidade perdeu em 9 anos 19,7% de sua população, que se mudou para a periferia. Em outras palavras, um em cada cinco moradores deslocou-se para a periferia, deixando o centro sem nenhuma vitalidade, às vezes quase deserto.

Em algumas regiões da periferia de São Paulo o crescimento foi exponencial e absurdamente grande, como é o caso do bairro Anhanguera, que nestes 9 anos inchou em 210%; Cidade Tiradentes, aumentou em 98% e Parelheiros inchou 84%, sem que essas localidades recebessem, com essa mesma proporção, os serviços urbanos necessários a uma vida digna.

No momento em que realizamos o nosso 10º Congresso, até para traçarmos uma justa política de crescimento partidário e focarmos nossa atenção exatamente onde trabalham e onde moram os proletários das grandes cidades, é preciso que aprofundemos esse estudo da realidade que emerge do Censo de 2000 e o próprio debate sobre o conceito de proletário, do ponto de vista marxista. Nesse sentido, verificaremos que essas grandes populações que migram para as periferias, ainda que estejam fora das fábricas, grandes e médias, são proletárias de diversos setores da produção capitalista e nelas também devemos entrar no nosso trabalho.

ASSINE

PCdoB A CLASSE OPERÁRIA

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP
Tel.: 0_11 3104-4140 Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

12 edições = R\$ 18,00

Pagamento:

- Cheque nominal
 Dinheiro
 Vale postal nº

- Cartão nº
Validade
 Depósito na conta
Ag.0251
C/C 48676-7, Banco Itaú

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

CEP Estado:

Data de nascimento: / /

Tel.: ()

Profissão:

Correio eletrônico:

Data da assinatura: / /

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
professor de Sociologia
de Métodos e Técnicas de
Pesquisa da Universidade
Metodista de Piracicaba

INTERNACIONAL

O império norte-americano e o sonho do protetorado mundial

MIGUEL URBANO RODRIGUES*

Foram rápidas, desde a implosão da URSS, as mudanças que alteraram profundamente a estratégia planetária dos EUA. Apesar disso, a nova estratégia é mal conhecida e pouco comentada.

Controlados sobretudo pelo sistema de poder hegemônico pelos EUA, os grandes meios de comunicação de massa evitam que a opinião pública mundial se aperceba da lógica e do funcionamento da engrenagem de dominação imperial que tem a sua sede em Washington.

Na guerra que abateu a Iugoslávia encontramos um laboratório fascinante da nova estratégia norte-americana. Ela foi o prolongamento natural da Guerra do Golfo.

Em primeiro lugar, na sua preparação, os meios de (des)informação emergiram nesta nova guerra como uma universidade ao lado da escola primária, se estabeleceram um paralelo com o ocorrido após a invasão do Kuwait pelas tropas de Saddam Hussein.

Sem o trabalho prévio realizado pela CNN e outras grandes cadeias de televisão, não haveria condições para a criação do “estado de espírito” que tornou possível o desenvolvimento de um processo cujo prólogo foi a destruição da Iugoslávia.

As imagens e o discurso “ético” penetraram em milhões de casas, invadiram as mentes, neutralizaram os mecanismos defensivos, acabaram por se impor insidiosamente como verdades concretas e irrefutáveis. Mais grave: a mensagem medular desse bombardeio áudio visual (e escrito), concebida e estudada no pormenor, fixou-se na memória como inseparável do apelo humanista a valores éticos eternos.

A campanha mediática se insinuava como um choque que despertava e tocava a consciência que empurrava para a defesa do humano.

Transcorridos 2 anos, milhões de europeus formaram já uma opinião negativa sobre as consequências da guerra contra a Iugoslávia, mas não conseguem ainda perceber como no início de 1999 se gerou na França, na Itália, na Alemanha e noutros países uma atmosfera de consenso amplo em torno da “necessidade” da intervenção da Otan.

Ficará na memória dos povos da Europa Ocidental como vergonha coletiva a aceitação passiva de uma monstruosa guerra de agressão contra um pequeno país como se fora a resposta adequada a uma suposta orgia de violência exercida sobre uma minoria nacional.

Ajuda da social democracia

A ideologia dos “bons sentimentos” e do falso humanismo foi utilizada com habilidade pelos que, em nome da cultura e da civilização – de Jospin a Blair –, justificaram a cruzada assassina da Otan. Esses políticos tinham consciência de que serviam, afinal, à estratégia dos EUA e do neoliberalismo globalizado.

Os EUA tiveram como aliados decisivos os partidos ditos so-

cial-democratas. Sem a sua simplicidade ativa, não teria penetrado na consciência social a idéia de que a “ingerência humanitária” (ou seja, a guerra) surgia aos “povos civilizados” como imperativo moral resultante da “barbárie sérvia”. E os aviões da Otan não teriam podido levantar vôo das suas bases na Itália e na Espanha para cumprir as missões assassinas.

Políticos com Tony Blair, Jospin, Schroeder, d’Alema, auxiliados pelos Verdes e por intelectuais mercenários de pacotilha, como Cohn Bendit, assumiram então a responsabilidade de bombardear a Iugoslávia em defesa da “ordem social” do neoliberalismo. Agiram como instrumentos dóceis e conscientes da estratégia planetária dos EUA.

Pela sua passividade, o Partido Comunista Francês, instalado no governo Jospin, tornou-se também cúmplice dessa política. Robert Hue e os ministros comunistas de Jospin nunca a condenaram expressamente. A Europa sofreu então um processo de anestesia ampla, de grande complexidade, diferente do que nos anos 30 permitiu a ascensão da grande vaga do fascismo. Os seus desdobramentos são extremamente graves.

O apelo à salvação do Kosovo “martirizado” abriu as portas à constituição de uma espécie de União Nacional, que se alastrou pelos 15 (sem êxito em Portugal e na Grécia, cujos povos condenaram a guerra).

Num pequeno livro editado em Paris, os autores recordam: “essa é a forma política clássica na qual, historicamente, partidos que antes inscreveram nos seus programas a luta contra a guerra e o militarismo acabam por alinhar, quando as hostilidades começam no campo que combateram”.

Sob um aspecto, pelo menos, esta União Nacional foi inédita. Não se formou para “defender a pátria”, como na Primeira Guerra Mundial. Estruturou-se para dar o seu aval à submissão dos países europeus a uma operação concebida nos EUA.

A Iugoslávia era um simples peão numa estratégia de que nos fala Zbigniew Brzezinski no seu livro “O Grande Jogo”.

As múltiplas metas fixadas foram atingidas. Eis as principais: - Destruir o sistema de relações internacionais existente;

- Erigir a Otan em instrumento da política de intervenção militar dos EUA;

- Reduzir as Nações Unidas a um papel subalterno, pouco mais do que decorativo. De acordo com a nova doutrina cabe doravante aos EUA (através da Otan) o direito de intervir nos negócios internos de qualquer país (e as grandes transnacionais indiretamente).

Direito de ingerências

O direito de ingerência militar (ou seja, de agressão) passou a ser apresentado como o direito de “intervenção humanitária”. Quem decide onde e quando o agressor.

A tese do “expansionismo grã-sérvio”, que tanto impressionou a opinião pública nos países da Europa Ocidental, falsifica grosseiramente a realidade histó-

ca. Era indispensável para justificar os separatismos (iniciados com a independência da Eslovênia e da Croácia) e para a diabolização de Milosevic.

Hoje continua a ser escondida uma evidência. Durante anos, Washington concedeu um tratamento preferencial a Milisovic. O ex-presidente iugoslavo foi inicialmente um executor disciplinado da política de privatizações imposta pelo FMI e pelo Banco Mundial. Desaparecida a URSS, a sua utilidade acabou quando Washington decidiu que aquilo que restava da Iugoslávia era um espaço ideal para ensaiar a sua nova estratégia política e militar de avanço para o Leste.

Não constitui já segredo que o Kosovo funcionou como campo de treinos para futuras guerras contra outros países. Bush insiste em falar no perigo que representam para os EUA Estados que eram até pouco definidos “como Estados bandidos (rogue states)”. Mas, na realidade, não são o Iraque, o Irã ou a Líbia que estão hoje na linha de mira dos generais e almirantes do Pentágono. O intervencionismo norte-americano tem já os olhos postos no Cáucaso, nas repúblicas ex-soviéticas da Ásia Central e na própria Rússia. O esfacelamento desta última figura entre as metas a longo prazo do establishment norte-americano.

Faceta importante da estratégia de agressão dos EUA é a ênfase posta subitamente no direito das minorias à autodeterminação e à independência. Não dos povos, mas das minorias nacionais. É apenas invocada quando isso responde a exigências específicas da política dos EUA.

Nunca Washington mostrou qualquer interesse pelos direitos dos corsos ou dos catalães, galegos ou bascos, ou pelas chacinas de minorias africanas, para citar alguns exemplos. Os EUA ignoram a reivindicação de mais de 20 milhões de curdos a serem reconhecidos pela Turquia como minoria nacional, reivindicação recusada por Ankara não obstante as raízes daquele povo como nação datarem da época dos persas aquemênidas, há 25 séculos. Os EUA opuseram-se sistematicamente à luta do povo de Timor pela independência. Apóiam calados o genocídio dos palestinos por Israel.

Mas invocaram princípios sagrados para assumir as reivindicações dos ultras albano-kossovares (mas nunca as do albano-macedônios), tal como assumiram as dos muçulmanos da Bósnia, ou as dos xiitas do Sul do Iraque. Não se ergueram vozes de protesto em Washington quando o governo croata fascista chacinou ou expulsou as minorias sérvias da Eslavênia e da Krajina. A aplicação do direito à autodeterminação e independência das minorias nacionais depende, neste início do século XXI, dos “interesses nacionais” dos EUA e o recurso à força para o impor deve adaptar-se a cada circunstância histórica e geográfica.

Um relatório esquecido nas gavetas, preparado pela Fundação Carnegie Edowment, tutelada por

Clinton, sintetizou bem a nova teoria norte-americana sobre o direito dos povos à autodeterminação. Tal teoria nasceu do esfacelamento da URSS e dos estados multinacionais da Europa do Leste.

Qual o objetivo? Justificar o intervencionismo dos EUA nos assuntos internos de estados soberanos em “defesa de minorias nacionais oprimidas”. Não todas, como já salientamos.

Por trás dessa nova doutrina sobre o direito à autodeterminação de algumas minorias encontramos um objetivo de enorme importância: o acesso às matérias primas do Cáucaso, do Cáspio e das ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central, povoadas por 50 milhões de turcos-fonos de cultura islâmica e uns 8 milhões de tadjiques iranianos.

Os primeiros atritos com a Rússia posteriores ao conflito na Chechênia anunciam tensões e conflitos futuros de gravidade e consequências imprevisíveis.

A nova doutrina assenta numa subversão completa do direito internacional clássico. O economista francês François Chesnais, autor da “Globalização do Capital”, definiu-a como “golpe de Estado mundial” em desenvolvimento, um golpe que consagra o direito de ingerência ilimitado da Otan, em qualquer país.

Essa farsa, trágica e grotesca, contou lamentavelmente com o apoio de muitos intelectuais europeus durante a agressão à Iugoslávia.

Enquanto a URSS existiu, as riquezas da Ásia Central e do Cáucaso estavam fora do alcance dos EUA. Agora as portas da região ficaram escancaradas à penetração das transnacionais norte-americanas.

Bush contempla com cobiça esse espaço. Em abril de 99, Robert Hunter, que foi embaixador dos EUA em Bruxelas, na Otan, escreveu no *Washington Post* este parágrafo profético:

“O Kosovo – anunciava – constitui a porta de entrada para regiões de interesse primordial para os Ocidentais – o conflito árabe-israelense, o Iraque e o Irã, o Afeganistão, o Cáspio e a Transcaucásia. A estabilidade no Sul da Europa é essencial para a proteção dos interesses ocidentais e a redução dos perigos vindos do Leste”.

Tem antecedentes a posição de Rober Hunter. Já em 1992, Caspar Weineberger, secretário de Defesa de Bush, advertia: “Se Moscou mantiver o seu domínio no Mar Cáspio (e no petróleo que aí se encontra) esse êxito pode ser mais importante do que a integração no Ocidente dos países do Leste”.

A estratégia norte-americana da Nova Rota da Seda não é, aliás, uma invenção dos jornalistas, mas sim o nome de uma lei aprovada pelo Congresso do EUA, em



Victor Manuel Navarrete

1997, por iniciativa do senador Samuel Backbrown. Objetivo: incluir a Ásia Central e a Transcaucásia nas áreas geopolíticas ditas “de interesse nacional dos EUA”. Por que? Porque o Turquemenistão, o Kazaquistão e o Azerbadjão possuem reservas de petróleo e gás natural comparáveis às do Golfo.

Vassallos de primeira e de segunda

Nesta arrogante política imperial de novo tipo há aspectos e situações que, pelo absurdo aparente, apresentam um toque de irrealidade. E, contudo, assentam em factos concretos, que podem ser comprovados através da própria documentação oficial norte-americana.

O livro de Brzezinski sobre o Grande Jogo, acima citado, não esconde que a supremacia perpétua, econômica, política e militar que os EUA procuram estabelecer em bases firmes pode ser um sistema de Estados vassallos, dependências, protetorados e colônias.

Claro que existe uma hierarquia. Nela, os aliados europeus são vassallos de primeira; os povos do Terceiro Mundo e os de Leste ocupam lugares inferiores. Aqueles que se negarem a integrar o sistema devem, na opinião de Brzezinski, receber o tratamento que Roma aplicava aos bárbaros.

Aquilo que acontece na Bósnia, na Albânia, no Kosovo, na quase totalidade dos Balcãs, confirma que na própria Europa o império norte-americano começou a instalar estruturas do gigantesco protetorado que pretende universalizar.

Perante o quadro esboçado, muitos intelectuais ditos de esquerda manifestam pessimismo. A capitulação e a cumplicidade da social-democracia atuam sobre eles como fator de desencorajamento.

Acredito, pelo contrário, que há hoje motivos para um otimismo responsável. A cada mês, quase a cada semana, sobe em todos os continentes a maré da contestação dos povos à estratégia da globalização neoliberal hegemônica pelos EUA. A resistência ao projeto de protetorado mundial cresce.

O império norte-americano apresenta incontáveis fragilidades que o tornam cada vez mais vulnerável. Tem o resultado do Romano.

*Jornalista, membro do PC Português

FORMAÇÃO

Revisitar Marx, "reinventar" a esquerda negando o marxismo

JOSÉ REINALDO CARVALHO *

A celebração dos grandes acontecimentos históricos da luta dos trabalhadores é um importante fator educativo para as novas gerações de lutadores pela causa do socialismo. Não pela comemoração em si mesma, nem objetivando repetir o passado, mas para dele retirar ensinamentos e melhor construir o futuro. O estudo da experiência da Comuna e releitura das obras dos clássicos do marxismo sobre o tema lançam luz a uma série de questões recorrentes na discussão do presente e do futuro da luta pelo socialismo. Até hoje os ensinamentos daquela revolução, primeiro ensaio geral do que vieram a ser os grandes embates de classes posteriores, principalmente os do século XX, podem ser incorporados, sem dogmatismo, ao acervo teórico e à orientação programática da luta contemporânea pelo socialismo. Creio mesmo que este é o sentido principal da comemoração daquele feito histórico dos idos de 1871.

Mas nos eventos realizados em São Paulo, a comemoração do 130º aniversário da Comuna de Paris não raras vezes se prestou também a outros objetivos. Alguns intelectuais brasileiros e estrangeiros,

na qualidade de expositores, comentaristas ou debatedores, à guisa de exaltar a Comuna, celebraram o fim do marxismo de Estado (sic!), supostamente o acontecimento mais marcante do final do século XX. Retiram disso a conclusão de que somente a partir dessa derrocada é possível retomar a luta pelos valores da Comuna, "revisitando" a obra de Marx, "reinventando" a esquerda, cujo pressuposto é a ruptura definitiva com a esquerda "tradicional", entenda-se – a que luta pelo socialismo científico

A derrota das primeiras experiências de construção do socialismo nada tem a ver com o que os adversários do socialismo chamam arbitrariamente de "marxismo de Estado", mas com um conjunto de fatores que não cabem numa frase de efeito, numa palestra ou num artigo. E muito menos a exaltação dos valores da Comuna de Paris tem a ver com a negação da teoria do Estado, para cujo desenvolvimento sua experiência concorreu. E menos ainda o retorno a Marx tem a ver com a negação da essência revolucionária do marxismo.

A Comuna de Paris marcou a história do movimento operário não apenas pelo heroísmo com que os trabalhadores ousaram "to-

mar o céu de assalto", mas pelo significado de suas medidas políticas, econômicas e sociais, que lançaram as bases de um novo tipo de Estado. Essencialmente democrático, o novo Estado tinha como ponto de partida a destruição do velho aparato estatal, para promover sua substituição por novas instituições que assegurassem a participação e a direção dos trabalhadores na sociedade. Nesse sentido, a Comuna de Paris foi a primeira república de trabalhadores jamais conhecida na história até então, o embrião de um Estado democrático-popular na forma e proletário quanto ao conteúdo de classe. Quem o diz é Marx, na obra magistral que escreveu sobre a Comuna *A guerra civil na França*: "A Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho". Em outra passagem, Marx refere-se ao "breve esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver".

Quanto à "reinvenção" da esquerda, bordão hoje presente em dez entre dez discursos de representantes da velha e da nova so-

cial-democracia, mais se assemelha à reinvenção do reformismo e de uma estratégia de conciliação de classes numa situação em que a burguesia neoliberal não têm alternativas consistentes para a crise em que está mergulhado o sistema vigente. Na introdução à edição comemorativa do 20º aniversário da Comuna de Paris de *A guerra civil na França*, Engels escreve: "Ultimamente, as palavras 'ditadura do proletariado' voltaram a despertar sagrado terror ao filisteu social-democrata. Pois bem, senhores, quereis saber que face tem essa ditadura? Olhai para a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado!".



Faz sentido comemorar a Comuna falando de derrota do "marxismo de Estado"?

*secretário de Relações Internacionais do PCdoB

Comuna de Paris: 130 anos

Há 130 anos, pela primeira vez na história da humanidade, um governo proletário assumiu o poder. No dia 18 de março de 1871 foi instalada a Comuna de Paris pelos trabalhadores e militantes revolucionários da Cidade Luz.

A curta e dramática experiência do governo dos comunardos, de 72 dias, está para sempre escrita nas páginas da luta por uma sociedade mais avançada. A Comuna de Paris foi massacrada e seus algozes proclamaram – já naquele momento – a derrota final do socialismo, porém legou importantes lições para os trabalhadores e democratas de todos os tempos acerca, dentre outras, do entendimento do papel do Estado, da organização do proletariado e marcou o fim de uma eta-

pa de predomínio de idéias pouco desenvolvidas e a ascensão do socialismo científico como corrente hegemônica no movimento revolucionário.

O legado dos comunardos foi lembrado e debatido em eventos por todo o mundo e também no Brasil na semana de 21 a 25 de maio – trata-se da "semana sangrenta" conhecida na história pelo massacre em massa dirigido pelas elites contra os parisienses.

Comemorações em São Paulo

Na segunda-feira, 21 de maio, teve início em São Paulo a programação da semana dos 130 anos da Comuna de Paris, que envolveu atividades gerais e mesas de debates na USP, PUC e Uni-

camp, dentre outras. A abertura geral da semana realizou-se à noite na sala Lima Barreto do Centro Cultural Vergueiro, na capital paulistana. O principal expositor da noite foi Claude Villard (presidente da Sociedade Amigos da Comuna e professor emérito da Universidade de Paris VIII), que proferiu palestra com dados históricos e a herança da Comuna – antecedido por uma peça *Os dias da Comuna* (de Brecht) pela Cia do Latão. Na USP ocorreu um ciclo de debates que envolveu mais de 150 pessoas: no dia 22, José Carlos Ruy, do Comitê Central do PCdoB (em uma das mesas) abordou o tema da atualidade da Comuna e, no dia 23, Walter Sorrentino, presidente do PCdoB/SP, participou do debate sobre a viabilidade da ruptura no presente. No dia 22, na PUC, Madalena Guasco, do Comitê Central do PCdoB, coordenou um ato no Tucarena (80 pessoas) com partidos (em que José Reinaldo representou o PCdoB), entidades e executivas estudantis em que os discursos fizeram um chamando à atualidade da revolução e o socialismo. Nela, o professor Edgard Carone fez uma explanação histórica registrando a Comuna como momento da elevação do patamar do movimento revolucionário. O evento terminou com o público cantando a Internacional ao som de piano. Nos dias seguintes sucederam-se mais debates na USP, PUC, Unicamp (em que Luciano Martorano participou de uma das mesas) e outros locais, com a semana sendo finalizada por apresentações culturais no Teatro João

Caetano. A boa presença de público nas inúmeras atividades da semana foi um exemplo de que "ao tomar os céus de assalto" o proletariado fez da Comuna o início de uma era de revoluções que ainda não se completou, permanecendo viva nas lutas de hoje.

A revista *Princípios* participou das comemorações lançando um caderno especial dedicado à memória da Comuna – sendo o material de maior destaque para o público que participou dos eventos.

Debates na USP

Em seis mesas e três dias de debates foram apresentadas várias comunicações e realizadas um conjunto de debates em torno da Comuna e sua atualidade.

O Grupo Marxismo+Brasil, o Instituto Maurício Grabois, a Revista *Princípios* e a UJS associaram-se na organização de três mesas. A primeira, que aconteceu no dia 22 de maio, versou sobre a *Atualidade da Comuna*. Contou com José Carlos Ruy, pela *Princípios*, e com Ana Lúcia Muniz, professora da Universidade do Tocantins. O diálogo girou em torno do poder proletário e dos caminhos da revolução.

A segunda mesa, do dia 23, teve como título *Comuna de Paris: a viabilidade de um projeto de ruptura*. Ao microfone, Isabel Monal, da Universidade de Havana, Walter Sorrentino, presidente do IMG, e Armen Mamigonian, professor de Geografia na Universidade de São Paulo, participaram. Na oportunidade, foi lançada a *Princípios* – Edição Especial da Comuna. Isabel Monal chamou a atenção para

o fato de a Comuna ter proporcionado a Marx e a Engels a descoberta da forma do poder operário. A partir desta observação, a professora problematizou a relação entre essência e forma do poder proletário. Sorrentino tratou da viabilidade de um projeto socialista na atual quadra histórica, marcada pela globalização neoliberal, pelas transformações no mundo do trabalho e pelas crises do capitalismo e do pensamento marxista. Destas observações gerais, desceu a uma análise da realidade brasileira e dos caminhos para a construção de um projeto nacional alternativo. Armen centrou-se no elogio à figura de Lênin, e, apoiado nos histórico traçado, polemizou com setores do Partido dos Trabalhadores e com segmentos da intelectualidade uspiana, que acusou de estarem propondo saídas meeiras entre capitalismo e socialismo por nunca terem compreendido a fundo o legado marxista.

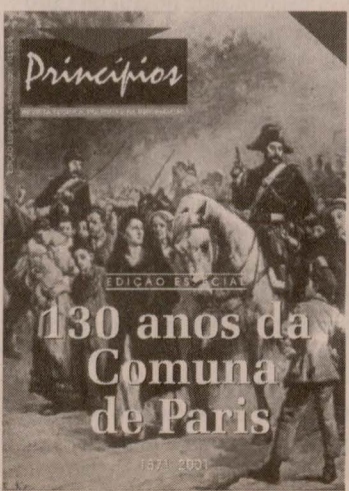
A última mesa foi a do dia 24: *A Comuna e seu impacto na literatura*. Nela, debateu-se o mundo da memória e do simbólico e sua relação com a luta dos oprimidos. Contou com Benjamin Abdalla, professor da Letras-USP, e Denise Mendez, do Espaços Marx/Paris.

Todas as mesas foram mediadas por membros do Grupo Marxismo+Brasil, que, segundo representantes, coloca-se à disposição para outras iniciativas do mesmo interesse. Os interessados a participar de suas reuniões periódicas. Os contatos podem ser feitos por e-mail: marxismomaisbrasil@grupos.com.br

Princípios sobre os 130 anos da Comuna de Paris

Procurando contribuir para as reflexões decorrentes de seu 130º aniversário, a Editora Anita Garibaldi editou um caderno especial contendo a reimpressão do encarte *Lições da Comuna de Paris*, publicado na revista *Princípios* nº 21 para registrar – na época – seus 120 anos. O caderno especial tem 36 páginas e custa apenas R\$ 3,00.

Pedidos para a Editora Anita Garibaldi, R. Monsenhor Passalacqua, 158 – Bela Vista – CEP 01323-010 – São Paulo/SP, Telefax: (11) 289-1331 Endereço eletrônico: livraria@anitagaribaldi.com.br Internet: www.anitagaribaldi.com.br



FORMAÇÃO

Marxismo + Brasil

FERNANDO GARCIA*

Nos últimos três anos o Partido Comunista do Brasil redobrou suas iniciativas de formação dos militantes. Iniciou-se com o Ciforma (Curso Intensivo de Formação Marxista), para os dirigentes intermediários, depois o Curso Básico em Vídeo – Brasil Outros 500, para os militantes de base e formalizou-se o Instituto Maurício Grabois.

A formação partidária também se informatizou e criou uma página na Internet do IMG (Instituto Maurício Grabois), www.img.org.br. Sob o lema "Marxismo + Brasil", a página retrata as atividades do IMG e serve de suporte aos cursos de formação do PCdoB. Mas o forte do sí-

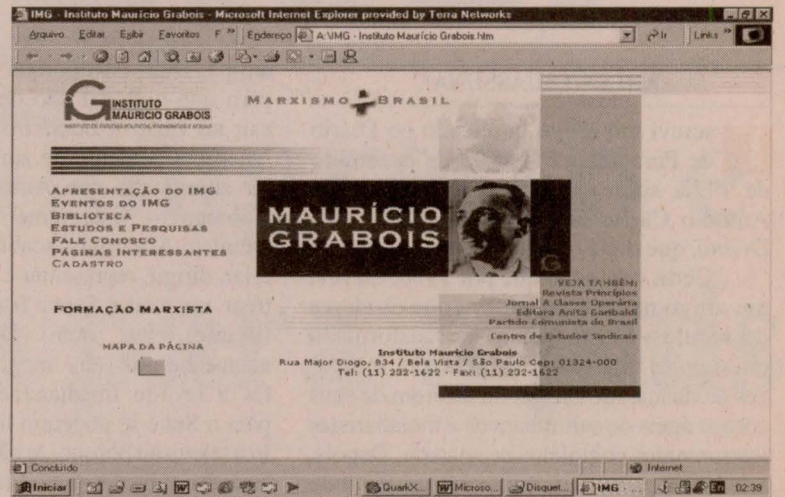
tio são os textos marxistas, em particular sobre o Brasil, estimulando o estudo individual, dentro e fora do Partido. Estão disponíveis um guia de estudos, o texto "Como Estudar" de Nereide Saviani e as Fichas técnicas dos clássicos, que incluem um artigo comentando da obra e um roteiro de leitura.

A Biblioteca Virtual também traz textos escolhidos da revista *Princípios*, visando o entendimento da ofensiva neoliberal aliada à atitude orgânica dos comunistas do Brasil. Sua proposta é ampliar sempre mais a oferta de títulos e autores, acompanhando a dinâmica virtual. Podem ser encontrados, também, eventos do IMG realizados em alguns Estados, resumos de estudos sobre realidades estaduais, a política de formação par-

tidária e uma pequena biografia de Maurício Grabois.

O Brasil tem hoje cerca de 14 milhões dos chamados internautas, e seu número cresce dia a dia, já que computadores conectados à rede se encontram em empresas, bibliotecas, bancos, universidades, residências, escolas. Os comunistas não podem desprezar a Terceira Revolução Tecnológica e esse eficiente meio de comunicação, assim como Lenin, em 1918 discursou no rádio, valorizando-o.

A página do IMG pode ser visitada em todo Brasil e no mundo, sendo que, por exemplo, os comunistas do Laos já podem conhecer a produção escrita dos colaboradores do IMG. E assim podem se comunicar com a administração do sítio pela endereço eletrônico img@img.org.br.



Com este instrumento, que está em construção, o estudo individual e coletivo cresce, o enfrentamento do neoliberalismo ganha bases mais sólidas e a teoria revolucionária se enriquece.

Que todos os comunistas utilizem-no no dia a dia!

*da Comissão Nacional de Formação

Partido em São Paulo investe na formação de propagandistas

ELDER VIEIRA*

Ter uma grande rede de propaganda no Estado. Esse é um dos objetivos da Comissão de Comunicação e Propaganda do PCdoB/SP. Para atingi-lo, considera imprescindível que comitês municipais e distritais possuam responsáveis por propaganda qualificadas teórica, política e tecnicamente.

Uma das iniciativas neste sentido foi a organização, junto com Comitê Paulistano, do *Curso de Formação Marxista para Secretários de Propaganda*. Realizado no Centro de Encontros Sagrada Família, no bairro do Ipiranga, de 8 a 10 de junho, contou com a participação de secretários e membros de comissões de propaganda dos distritais da capital e de alguns municipais do Estado, totalizando 28 pessoas.

Do programa, constaram as aulas *Atualidade do pensamento marxista*, com Bernardo Jofily;

Programa do PCdoB e os desafios atuais do socialismo, ministrada por Elder Vieira; *O partido do proletariado e sua construção no Brasil*, conduzida por Lílian Martins; e *O papel da propaganda para o partido marxista-leninista*, por conta de Júlio Vellozo. À noite, após as aulas, ministraram-se oficinas de edição do *Alerta S. Paulo*, sob responsabilidade de Cláudio Gonzalez.

O curso ocorreu sob as expectativas da militância comunista em torno do 10.º Congresso do Partido. Os temas abordados pelos professores foram, em boa medida, pautados pelas polêmicas teóricas que atualmente agitam o movimento socialista: o perfil e o papel da classe operária; a coexistência entre capitalismo e socialismo na etapa preliminar de construção da nova vida; a experiência chinesa; a inevitabilidade ou não do socialismo; as relações Partido/parlamento, partido/entidades,

Partido/instrumentos de massa; os riscos da institucionalização do Partido proletário; Partido e movimento de massas; o dilema partido de quadros versus partido de massa; propaganda para milhões e propaganda interna, entre tantos.

Na avaliação dos participantes, o curso mereceu o conceito *muito bom*. Ressalvaram que a parte dedicada à propaganda deveria ser maior e melhor detalhada, sem prejuízo da dedicada ao temário marxista.

As comissões estadual e municipal de Comunicação e Propaganda já começam a retomar as visitas aos distritais e municipais para dar continuidade ao movimento de elaboração e execução dos planos locais de propaganda, outro instrumento de costura da referida rede.

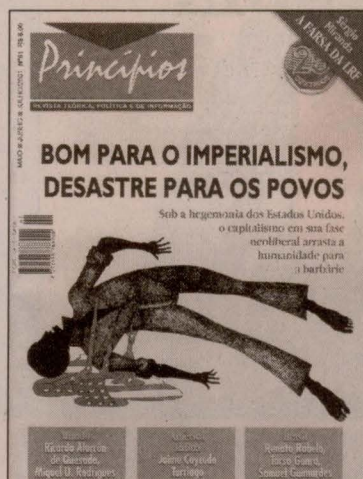
*da Comissão Estadual de Propaganda PCdoB/SP

Princípios analisa a barbárie neoliberal

Com para o imperialismo, desastre para os povos é o assunto de capa do nº 61 da revista *Princípios*. A revista apresenta matérias sobre a atual situação mundial, latino-americana e brasileira. Os textos evidenciam que – sob a atual hegemonia dos Estados Unidos – o capitalismo arrasta a humanidade para a destruição.

Renato Rabelo e Tarso Genro abordam o contexto da resistência ao neoliberalismo; o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães denuncia a Alca e a estratégia norte-americana de destruição da autonomia dos Estados nacionais do continente; Ricardo Alarcón Quesada – presidente do Parlamento cubano – expõe os elementos da ditadura global dos EUA sob o governo Bush; e Jaime Caycedo Turriago (do PC colombiano) desvende o Plano Colômbia como uma guerra social preparada pelo imperialismo ianque, típica do momento de "globalização".

Miguel Urbano Rodrigues denuncia a destruição das estátuas de Buda no Afeganistão pela milícia alçada ao governo daquele país



com dinheiro e apoio dos EUA; O deputado federal Aldo Arantes (PCdoB/GO) escreve "Neoliberalismo e liberdade do capital"; e o deputado federal Sérgio Miranda (PCdoB/MG) faz crítica contundente à farsa montada pelo governo FHC em torno da Lei de Responsabilidade Fiscal – que visa dar garantia aos especuladores e impedir gastos públicos com as demandas do povo.

Também são tratadas questões importantes da história do movi-

mento operário, com textos de Sílvio Costa (sobre os 130 anos da Comuna de Paris) e de Raul Carrion (enfoca os primeiros passos do Partido Comunista do Brasil).

José Carlos Ruy debate a atualidade da "forma partido", em especial da classe operária, procurando fundamentar a defesa do partido leninista diante das concepções que tentam negá-lo.

A revista vem enriquecida com textos da escritora Angela Leite de Souza sobre o Prêmio Casa de las Américas (que inclui entrevista com o vencedor deste ano na categoria literatura brasileira); de Lucie Didio (da UnB) sobre a defesa da língua portuguesa, em referência à aprovação do projeto Aldo Rebelo pela Câmara Federal; e do professor baiano Luciano Santos sobre o pensamento de Mário de Andrade acerca da cultura popular brasileira.

Pedidos para Editora Anita Garibaldi, Rua Monsenhor Passalacqua, 158 – Bela Vista – CEP 01323-010 – São Paulo/SP. Telefex: (11) 289-1331. Endereço eletrônico: livraria@anitagaribaldi.com.br. Internet: www.anitagaribaldi.com.br. Paulo/SP, fone/fax 11 289 1331, www.anitagaribaldi.com.br, livraria@anitagaribaldi.com.br, ao preço de R\$ 8,00 o exemplar.



Lançamento enfoca comunicação e trabalho

A Editora Anita Garibaldi está lançando o livro *Comunicação e trabalho – estudo de percepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação*, da professora doutora da Escola de Comunicação e Artes da USP, Roseli Figaro Paulino.

O livro busca compreender a comunicação mediada pelo trabalho numa vertente teórica que focaliza o lugar onde se dá a recepção. As relações dos operários metalúrgicos entre si, com a produção, com a família e com os meios de comunicação social constituem o campo de observação e a matéria-prima da qual a autora extrai os sentidos da vida construídos nesse universo. Os depoimentos trazem para o leitor o cotidiano do chão de fábrica, seu poder de impor visões de mundo enquan-

to se armam estratégias de resistência e pequenas fraturas nos sistemas de controle.

Comunicação e trabalho – estudo de percepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação, Roseli A Figaro Paulino, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 2001, 330 páginas, preço R\$ 27,00 (desconto para pedidos acima de 10 exemplares).

Pedidos

Editora Anita Garibaldi
R. Monsenhor Passalacqua,
158 – Bela Vista – CEP
01323-010 – São Paulo/SP
Telefex: (11) 289-1331
Endereço eletrônico
livraria@anitagaribaldi.com.br
Internet:
www.anitagaribaldi.com.br

Antônio Nóbrega e a arte fiel ao país e ao povo

ARIANO SUASSUNA*

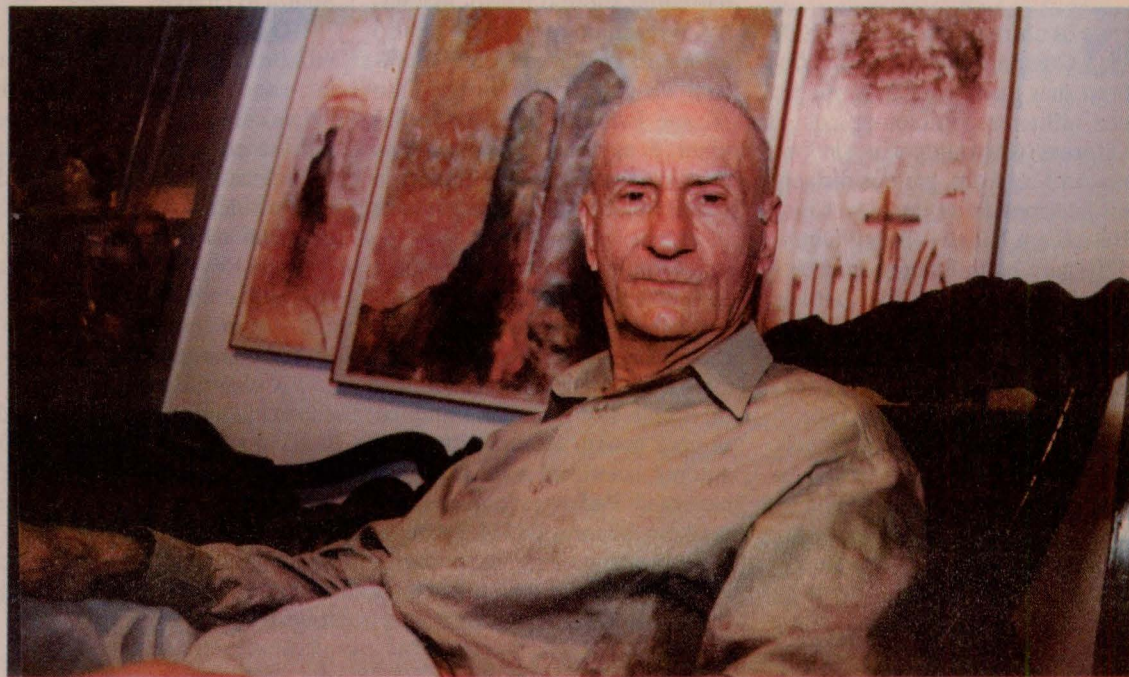
Escrevi um artigo publicado no Diário de Pernambuco, em 03 de dezembro de 1978, sobre o primeiro espetáculo de Antônio Carlos Nóbrega, *A Bandeira do Divino*, que dizia o seguinte:

“Certa vez, acho que por 1960, escrevi um artigo no qual lamentava que os atores do século vinte tivessem se transformado em simples ‘dizedores’ de palavras, incapazes de dançar, de cantar, de fazerem de seus corpos ágeis de saltimbancos e malabaristas instrumentos completos de sua arte. Depois, em 1963, escrevi outras palavras dizendo que o teatro brasileiro deveria procurar além de textos brasileiros baseados, por exemplo, em literatura de cordel, um modo também brasileiro de representar – este, fundamentado em nossos espetáculos populares, mistos de teatro, mímica, canto e dança, efetivados através das roupagens encantatórias, das máscaras, dos tambores, dos pífanos, das violas, das rabecas, tudo no espírito latino-americano, mestiço, negro e indígena da festa entendida como embriaguez e sagração; como dança e espírito musical do ritmo e do subterrâneo.

Finalmente, em janeiro desse ano, falando sobre Charles Chaplin, eu dizia que somente essa grande alma atormentada poderia segregar de seus ferimentos à figura de vagabundo. Aquela criatura leve, trágica, grotesca e comovente, signo é insígnia dos pobres perseguidos e desprezados do nosso

tempo. Digo isso porque espero que o Brasil não deixe cair no vazio *A Bandeira do Divino*, espetáculo de singular significado que Antônio Nóbrega – integrante do Quinteto Armorial – acaba de criar, dirigir, representar e estreitar no teatro Santa Isabel (Recife). Por outro lado, aconselho aos seus integrantes a levá-lo imediatamente para o Sul e se puderem ligá-lo à televisão porque, se não o fizerem, talvez o povo brasileiro, não tomando conhecimento dele, deixe secar no deserto uma revelação vital para si mesmo.

De fato, agora com *A Bandeira do Divino*, com a aparição no palco brasileiro dessa extraordinária, ágil, comovente e ao mesmo tempo cortante, aguda e satírica figura do Tonhenta – criado e recriado por Antônio Nóbrega a partir do Mateus do Bumba-meu-boi – agora posso dizer que surgiu aquela bandeira de encenar e representar com a qual eu sonhava. Antônio Nóbrega leva muito além e muito adiante aquele modelo que eu simplesmente imaginava para o verdadeiro ator brasileiro porque ele, no campo do teatro encarado como espetáculo, é completo sendo não somente autor, mas ainda ator, mímico, dançarino, cantor e músico, tocador admirável de uma endemoniada rabeca – ágil, possessa e meio insana, como seu dono e como todo artista que se preza.



Ariano Suassuna: Nóbrega uma figura de importância fundamental

O personagem que ele criou, o Tonhenta, se for levado adiante como é necessário e indispensável, vai significar para o Brasil o mesmo que o vagabundo do Chaplin significou para mundo do nosso tempo. Principalmente porque o nosso partiu não apenas de uma simples invenção individual, mas sim de um mito do show subterrâneo, de uma invenção coletiva do povo brasileiro. Por isso, talvez, Antônio Nóbrega e seus companheiros estejam criando agora as primeiras figuras completas e reais de atores brasileiros e, se obtiverem um pouco de apoio, talvez terminem podendo afirmar aquilo que é ao mesmo tempo o sonho e a definição de todo artista e escritor verdadeiro: meu gênio resulta de meu talento particular somado ao gênio e ao caráter do meu povo e do meu país.”

Nessa época ninguém o conhecia e terminou acontecendo o que eu disse. Ele foi

para o Sul, obteve êxito nacional e hoje, felizmente, ele é respeitado nacionalmente.

Depois de publicado esse artigo, disseram que eu tinha comparado Nóbrega com Chaplin. Depois disseram que ele havia se comparado com Chaplin. Coitado! Na verdade, o que eu disse foi que o personagem que ele criou, se fosse levado adiante, significaria para Brasil o que o vagabundo significou para o mundo. Publicaram essas informações e eu escrevi um artigo protestando. Felizmente o jornalista voltou atrás e hoje prestigia o artista.

Bom, eu queria dizer que acho Nóbrega uma figura de importância fundamental porque hoje eu vejo a rabeca respeitada no Brasil inteiro com grandes violinistas de São Paulo como José Eduardo Grammane tocando e se interessando pelo instrumento. Mas a primeira pessoa que se mostrou interessada pelo instrumento e o divulgou foi Nóbrega.

Eu conheci Nóbrega quando ele era muito menino e já era muito talentoso. Ele estava tocando num concerto de Bach e eu vi o seu talento e o convidei para participar do Quinteto Armorial. Esse período foi fundamental na vida dele (eu digo isso porque são palavras dele!), porque ele descobriu a cultura popular brasileira e começou a estudar. Ele até compôs uma música muito boa chamada “Entremeio para rabeca e percussão”. Além disso, também estudou a dança codificando os passos. Existe um momento comovente em seu último espetáculo quando ele dança uma música de Bach com passos de capoeira. É uma beleza!

Antônio Carlos Nóbrega conseguiu impor aquilo com o que a gente sonhava na década de 70. Assim como ele, Dantas Suassuna, Romero de Andrade Lima e outros que fazem a arte que procura ser fiel ao nosso país e ao nosso povo!

Era só isso que eu queria dizer.

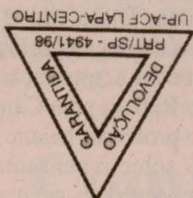
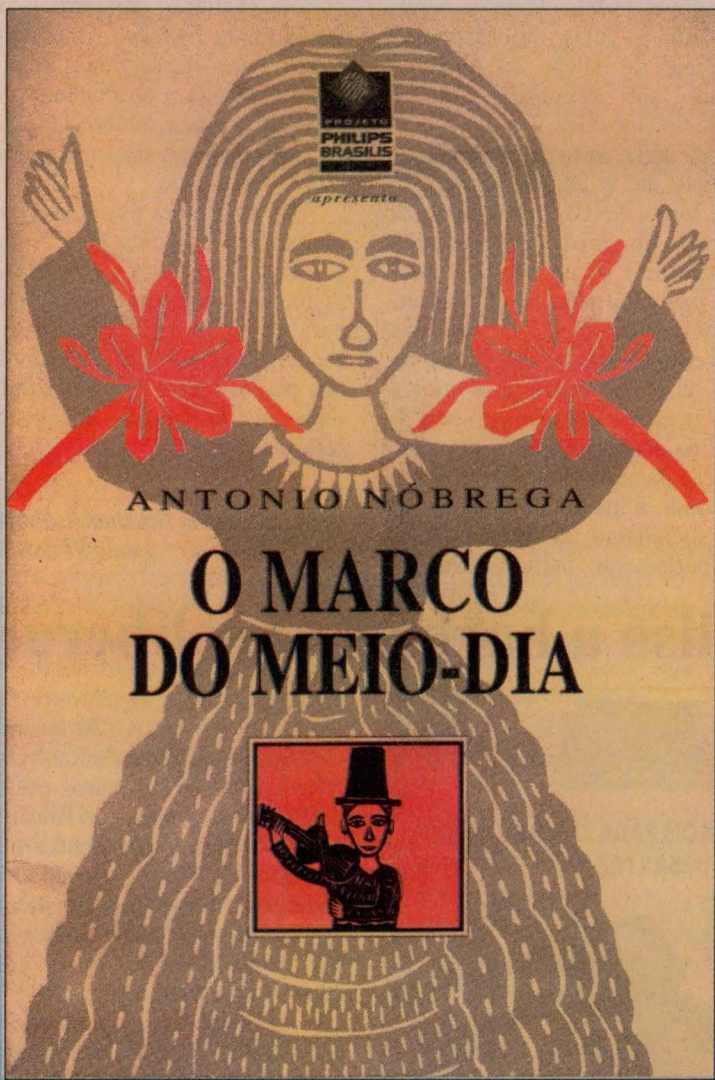
*Depoimento do escritor e dramaturgo sobre a carreira de Antônio Carlos Nóbrega, concedido a Tuca Siqueira em Recife, 29 de maio de 2001.

Martelo d’o marco do meio-dia

Ariano Suassuna e Antonio Nóbrega

A Bandeira do Sol estrala ao vento e soa a minha voz de Cantador, num protesto do Sonho contra a Dor, a pobreza do povo e o sofrimento. Nas estrelas do Canto, o pensamento ergue um Marco que é só anunciado. Nossa sorte de Povo injustiçado é vencida por nós ao som da luta, e, no meio do palco, o que se escuta é o sol da justiça do Sonhado.

Ao final desta Dança bela e forte sou eu o Cantador, dono da Casa, e, com versos de sangue, fogo e brasa, forjo o Marco e celebro a minha sorte. Na viola, eu vou batendo a Morte e assumindo a coroa de Guerreiro. Ao cantar meu país, sou o Lanceiro, olho o sangue ferido do meu povo e sonho, ao meio-dia, um Canto novo, levantando este Marco brasileiro.



IMPRESSO



CDM
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA